

ATA N.º 3/2025

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO
ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 21 DE ABRIL DE 2025:

Aos vinte e um dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e cinco, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Joaquim Raul Gregório Farto (PS), Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP) e Mário Rui Santana Mamede (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário da Mesa, Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP), António Manuel Prioste Salvador (PSD), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS) e Maria Fernanda Caetano Leal Correia (CDU), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Peniche, de Atougua da Baleia, de Ferrel e Secretária da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, e dos senhores Hugo José Santos Martins (GCEPP), Francisco Manuel Pinto da França Salvador (PSD), Carla Alexandra Pereira Fernandes Delgado (GCEPP), Rui Emanuel Pereira Lino (PSD), Anabela Correia Dias (PS), Susana Cristina Rosa Esperança (GCEPP), Ana Filipa Vala Fialho (PSD), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Tiago Brás Correia (GCEPP), Luís Fernando Mamede de Matos Almeida (PSD), Carlos Francisco Vala Chagas (PS), Bruno Pinto Cruz (PSD), Natália Susana Colaço Rocha (PS), Vítor Rui Franco Agostinho (CDU), Vânia Cristina Figueiredo dos Santos Costa Salvador (PSD), Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos (PS) e José Monteiro Henriques Rocha (CDU), reuniu-se, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Peniche, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Aprovação das atas das sessões anteriores.

2.º - Período de antes da ordem do dia.

1) Prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido;

2) Apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;

3) Apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.

3.º - Período de intervenção do público.

4.º - Período da ordem do dia:

1) Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;

2) Apresentação de pedidos de esclarecimento à Câmara Municipal por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia;

3) Discussão e autorização prévia para o investimento a realizar, no âmbito da realocação da Estrada Marginal Norte, nos termos do n.º 2, do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação;

4) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a aprovação da minuta do protocolo a celebrar entre a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e o Município de Peniche, que tem como objeto a delegação de competências referente à empreitada do projeto de minimização do risco através da realocação da Estrada Marginal Norte, em Peniche;

5) Discussão e autorização prévia para a aquisição de imóvel, sito na

Marginal Norte, com o objetivo de vir a ser instalado o Museu do Mar de Peniche, nos termos do n.º 2, do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação;

6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a contratação de empréstimo para a aquisição de imóvel, sito na Marginal Norte, com o objetivo de vir a ser instalado o Museu do Mar de Peniche;

7) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a contratação de empréstimo para Reabilitação das Muralhas de Peniche - Fase II;

8) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a prestação de contas do Município de Peniche, relativos à gerência de 2024;

9) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, relativos à gerência de 2024;

10) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, da Despesa, do Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais do Município, para o ano 2025 (Modificação n.º 9);

11) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a primeira alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2025;

12) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a atualização da comparticipação para pagamento da renda das instalações do Posto dos Correios de Atouguia da Baleia à Freguesia;

13) Apreciação da proposta da Câmara Municipal relativa aos Espaços Urbanizáveis - Suspensão do Regime de uso do solo das áreas urbanizáveis, artigo 199.º do RJIGT (Declaração de exceção para levantamento da suspensão);

14) Apreciação da proposta da Câmara Municipal relativa aos Espaços Urbanizáveis - Suspensão do regime de uso do solo das áreas urbanizáveis ou de urbanização programada (resposta ao ofício da CCDR-LVT n.º S24760-202412-CD, datado de 12 de dezembro de 2024);

15) Apreciação da proposta da Câmara Municipal relativa à atualização anual dos coeficientes previstos nas fórmulas de cálculo de encargos urbanísticos previstos no Regulamento Municipal de Taxas e Compensações Urbanísticas (RMTUC), para o ano de 2025;

16) Apreciação da proposta da Câmara Municipal relativa à Norma de Controlo Interno do Município de Peniche.

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e dez minutos, encontrando-se na sala vinte e três dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

A senhora Maria Fernanda Caetano Leal Correia encontrava-se a substituir o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O senhor Mário Rui Santana Mamede (GCEPP) compareceu no decurso da sessão, durante o ponto três do período de antes da ordem do dia e passou de imediato a participar nos trabalhos.

Os senhores Carla Alexandra Pereira Fernandes Delgado (GCEPP), Tiago Brás Correia (GCEPP), Rui Emanuel Pereira Lino (PSD), Bruno Pinto Cruz (PSD) e Vânia Cristina Figueiredo dos Santos Costa Salvador (PSD), encontravam-se a substituir os

senhores Francisco José de Abreu Lourenço (GCEPP), Jorge Manuel da Costa Batalha (GCEPP), Nuno Rodrigo Sales Madeira (PSD), Ana João dos Santos Lima (PSD) e Margarida da Silva Martins (PSD), respetivamente, que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Os senhores Licínio Pereira (GCEPP), Carlos Manuel Sousa Policarpo (GCEPP), David Pedrosa Antunes (GCEPP), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Sara Alexandra Oliveira Nunes (GCEPP), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Nuno Miguel Nobre Leitão (GCEPP), Joana Mafalda Batista Valério (GCEPP), António José Antunes Vieira (PSD), Carlos Jorge Franco Luís (PSD), Rita Alexandra Santos Marçalo (PSD), Carolina Pereira Vala (PSD), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD), Daniela Ramos Santos Ferreira (PSD), João André Carvalho Neves Silva (PSD), Jaqueline Machado Salvador (PSD), Marcelino Lourenço Pereira (PSD), Rita Alexandra Granada Mota (PSD), João Nelson de Sá Cipriano (PSD), Nuno Miguel Vala Castanheira (PSD), Quélia Filipa Esgaio Águeda (PSD), Luís Carlos Dias Pereira (PSD), Luís Filipe da Silva Cardoso (PSD), Sónia Maria Simões Jordão Abreu (PSD) e Michael Ribeiro Costa (PSD), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Ana Rita Trindade Petinga (GCEPP), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), Ana Margarida Silva Batalha (PS) e Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU).

Os senhores Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos (PS) e Susana Cristina Rosa Esperança (GCEPP) saíram da sala era zero horas e dezoito minutos, quando decorria a apreciação do ponto treze da ordem do dia.

A sessão foi secretariada pelo Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, do Município de Peniche, Rui Vargas, coadjuvada pela Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

APROVAÇÃO DE ATAS DE SESSÕES ANTERIORES

Foram presentes as atas n.º 1 e 2/2025, respeitantes à sessão ordinária do mês de fevereiro, e sessão extraordinária de março, realizadas nos dias 21 de fevereiro, e 28 de março de 2025, respetivamente, tendo sido dispensada a leitura das mesmas por os respetivos textos haverem sido previamente distribuídos pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

Postas à discussão, não se registou qualquer intervenção.

Submetidas à votação, as atas em apreço, constataram-se os seguintes resultados:

Ata n.º 1/2025 – Aprovada, por unanimidade, com dezanove votos a favor.

Ata n.º 2/2025 – Aprovada, por unanimidade, com dezassete votos a favor.

Apenas participaram na aprovação da ata os membros da Assembleia Municipal que estiveram presentes na reunião, observando o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O EXPEDIENTE

RECEBIDO:

A Primeira Secretária da Mesa, Inês Lourenço, deu conhecimento de que o expediente recebido foi disponibilizado na Meocloud.

APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Francisco Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Gostava de convidar toda a Assembleia Municipal para se juntar num voto de pesar, mas também de homenagem e de esperança, no dia em que se deu o falecimento de Jorge Mario Bergoglio, o Papa Francisco, pessoa que, há 13 anos, era um ilustre desconhecido para todos nós, certamente, e que rapidamente conquistou os corações e a simpatia de todos, crentes ou não crentes, pelo seu posicionamento como homem de fé, homem de igreja, mas também como homem do seu tempo. Foi um construtor de pontes, foi alguém que pugnou pela liberdade, pela fraternidade entre todos e naturalmente que merece o nosso preito de homenagem nesse dia em que partiu.

Que fique a sua memória!

Proponho que, para o homenagear devidamente, façamos um minuto de silêncio.»

Todos os presentes guardaram, de pé, um minuto de silêncio.

Vítor Agostinho (CDU):

Apresentou, verbalmente, o seguinte voto de saudação:

«É com satisfação que mais uma vez a Associação A Serrana e a sua Secção de Ginástica projeta o nome de Peniche e da Serra d'El-Rei no desporto nacional.

Tudo decorreu nos dias 12 e 13 de abril com a participação no Campeonato Nacional de Duplo Minitrampolim 2025, em Corroios, organizado pela Federação de Ginástica de Portugal, no qual destacamos a ginasta Mariana Romão que conquistou o terceiro lugar no escalão de sénior, base femininos, e para o ginasta Rodrigo Coelho que alcançou o terceiro lugar no escalão elite sénior masculino, o nível mais elevado desta competição.

Endereçamos, por isso, felicitações a todos os atletas, equipa técnica, à Associação pela dedicação e empenho pelos resultados alcançados.»

Apresentou, verbalmente, o seguinte voto de protesto:

«Não queremos deixar de saudar, também, as iniciativas previstas pelo movimento associativo, instituições, Municípios e Juntas de Freguesia em prol das comemorações do 51.º aniversário do 25 de Abril, no entanto, permita-nos que expresse a nossa estranheza por um programa tão reduzido nas comemorações deste ano por parte do município, tendo em conta a importância de Peniche neste processo de transição da ditadura para a democracia e na conquista da liberdade, pensamos que a cidade e o concelho mereceriam um pouco mais.»

APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Luís de Almeida (PSD):

Disse o seguinte:

«A minha participação tem duas componentes. Foi-me pedido para comunicar à Câmara Municipal de que no Alto do Vilas, há bastante tempo, não há iluminação noturna e que aquela zona fica bastante escura.

O assunto que me motivou esta intervenção tem que ver com a sessão temática sobre a Berlenga e era no sentido de perguntar que diligências é que já foram efetuadas, no sentido de aproveitarmos o investimento que eventualmente está preconizado na legislação que saiu e que focava concretamente a Fortaleza, mas também a ponte de acesso e a escadaria, portanto, consideramos que é um investimento muito necessário e que não temos condições de o perder, portanto, analisarmos como é que eventualmente podíamos articular e como é que podíamos defender, quer os interesses do que foi relativamente consensualizado na sessão anterior, com a concretização do investimento previsto ou pelo menos de algum investimento previsto. Foi-me informado, não sei se corretamente, que um dos pontos tinha que ver com a alteração do quadro de pessoal, eventualmente poderia ter que ver com o apoio executivo à Comissão de Cogestão, não sei se a informação está correta e nesse sentido, se assim for, quer dizer que se está a desenvolver algumas diligências.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Tenho três ou quatro questões, uma é relacionada com o Jardim Principal, em que ponto é que estamos, em termos de obras, se vamos ter jardim ainda neste mandato.

- Parque de campismo como é que estão as negociações após quatro anos.

- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, parecer do Tribunal de Contas, se já há alguma novidade.

- Quartel da GNR, também perceber em que situação é que estamos.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Em relação à falta de iluminação no Alto do Vilas, posso dizer que são três poste e mais dois, dois não têm as luminárias. Eu já fiz duas informações diretamente, portanto, estamos a acompanhar, mas não é só essa situação, recorrentemente fazemos informações e não há uma resposta no curto prazo, estávamos a ver se dávamos mais uns dias, mas é feita a informação interna por escrito e depois vai diretamente para a E-redes e para a plataforma.

Em relação às Berlengas, tivemos uma reunião informal, na semana passada, com o novo Diretor Regional, com a equipa do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e com a presença do senhor Capitão do Porto de Peniche, estivemos a falar desta oportunidade, não esquecer que o património é património do Estado não é do Município, esta circunstância de estarmos no período eleitoral também prejudicou todo este processo, de qualquer forma a bola está, neste momento, na parte do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e do senhor Diretor Regional e há todo o interesse em desenvolver esse procedimento, em termos de candidatura, que não haja dúvidas em relação a isso, mas para este efeito quanto mais depressa decorrerem estas eleições melhor para podermos trabalhar.

Em relação à questão que o senhor Deputado Luís Almeida colocou do mapa de pessoal,

sim, o técnico superior tem que ver com a Berlenga, eu acho que já abordei na Assembleia Municipal que nós tínhamos contratado uma pessoa por tempo determinado que foi embora, depois abrimos outro procedimento, mas sentimos que o facto de ser por tempo determinado não é apelativo, falámos com duas pessoas e essa contratação não tem de ser muito exigente, mas não conseguimos e decidimos alterar o objetivo e como tínhamos previsto a situação em mapa pessoal, trazemos agora a abertura do lugar para o técnico superior, para avançar com um concurso que esperamos que o próprio conteúdo tenha esse cuidado e esperamos que seja mais concorrido do que os outros, porque é uma exigência, é uma necessidade ter alguém que, no fundo, responda perante o órgão político ou os órgãos políticos e perante o Instituto de Conservação da Natureza das Floresta o todo, é um território muito difícil de gerir e acho que uma pessoa com as características próprias e adequadas e também com algum interesse na matéria seria o desejável.

Em relação ao senhor Deputado Carlos Miguel Amaral, o procedimento da empreitada está terminado, portanto, não tenho o dia exato quando vai ser iniciada a obra, mas esperamos que não ocorra nenhum imprevisto, às vezes ocorre, que, entretanto, a obra seja iniciada, portanto, penso que haverá condições para avançar com a obra, não é uma obra que vai levar muito tempo, mas o mais tardar no mês que vem será iniciada.

Em relação ao parque de campismo, temos estado em contacto com a empresa, eu próprio, na semana passada, mandei um email à empresa que me foi respondido disponibilizando-se para reunir connosco por videoconferência, eu é que não agendei a reunião, mas vamos agendar. A questão tem que ver com uma empresa do setor privado, naturalmente, que teve a alteração de três Conselhos de Administração, teve uma alteração em termos daquele que era o objetivo do investimento, o investimento é muito ambicioso e tiveram de renegociar as fontes de investimento, foi o que nos foi dito. Foi-nos dito que a obra começava no mês de março, naturalmente nós vamos passando as nossas preocupações, estão dentro do cumprimento em termos de pagamento das rendas daquilo que o contrato estabelece, portanto, nunca ultrapassaram mais do que dois meses de pagamentos em atraso e temos de aguardar, da boa-fé, porque também consideramos que uma empresa que continua a pagar uma renda tão elevada e que não desiste, naturalmente está interessada e isso é-nos manifestado e reforçado em como pretendem avançar para a execução das obras.

A questão do parecer do Tribunal de Contas, ainda não seguiu, normalmente estes processos são tratados pelo Serviço de Contabilidade, mas neste momento este setor tem as duas técnicas superiores em licença de maternidade, temos outra técnica que está a tratar de outros procedimentos, inclusive as contas, mas penso que, entretanto, avançará.

O quartel da GNR, nós tínhamos prevista uma reunião com o Governo, ao nível da Secretaria de Estado, eu próprio quando veio o senhor Primeiro-Ministro a Peniche tinha falado com o senhor Secretário de Estado, ele mostrou-se disponível, mas é difícil fazer isto com um Governo de Gestão, vamos tentar que o próximo Governo considere a tal verba que é necessária para a execução do edifício, porque a Câmara Municipal já colocou, na minha opinião, mais do que devia, só a obra ultrapassou os 400.000,00 euros de capitais próprios, foram pagos neste mandato e no mandato anterior, assim que as coisas estabilizem, em termos de Governo, é uma das áreas que pretendemos pedir uma audiência para que considerem no próximo orçamento aquela situação, porque se estivermos à espera das eleições autárquicas penso que perdemos mais um ano, portanto, o nosso propósito é, ainda, em junho ou julho pedir essa audiência para apresentar.»

Henrique Estrelinha (PS):

Disse o seguinte:

«Em relação à questão da iluminação, vou dar nota de uma situação que já se arrasta há algum tempo que tem que ver com a Rua da Saudade e a Rua dos Hermínios que sinalizei à Divisão

de Ambiente no dia 07 de fevereiro e que me informaram que seria a empresa I-Sete que teria de fazer esta reparação, reforcei, no dia 18 de março, as avarias que existem nas luminárias e responderam-me que a empresa já estava alertada, a verdade é que estamos no final do mês de abril e, por enquanto, não foram reparadas essas zonas que estão muito escuras e é um local onde circulam pessoas durante a noite tornando-se perigoso para quem, também, ali vive, estaciona o carro e quer deslocar-se para casa.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Desconhecia essa informação e agradecia que nas questões de iluminação pública pudessem partilhar, particularmente, com a senhora Vereadora Ana Rita Petinga.

Em relação às questões colocadas, saiu hoje um alerta para uma luminária apagada e, provavelmente, falta de outra luminária na Rua dos Hermínios, entre o cruzamento com a Rua 1.º de Dezembro e o entroncamento com a Rua das Amoreiras, está ali um problema de falta de iluminação e seguiu hoje por escrito, a Rua da Saudade não previ.»

Vítor Agostinho (CDU):

Disse o seguinte:

«Gostaria de voltar a falar de uma questão que já foi por mim aqui levantada que tem que ver com a repavimentação da rede viária no concelho. Relativamente a este assunto foi colocada a questão se existia algum plano de repavimento, à qual o senhor Presidente não quis adiantar pormenores sobre o mesmo, no entanto, face ao estado crítico em que as estradas se encontram, pergunto qual é o ponto de situação desse mesmo plano, se sofreu alterações, o que é que está previsto para minimizar a degradação das estradas e arruamentos, pois é um assunto que acreditamos que a melhoria desta rede viária do nosso concelho não só permite melhores condições de acesso como garantia e segurança rodoviária.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Em relação a curto prazo, existe uma intervenção prioritária, em Ferrel, uma situação que estava há muito tempo para intervir e sei que, na semana passada, estavam a preparar o piso para fazer o asfaltamento, de seguida, se não houver nenhuma alteração, vão ser asfaltadas duas ruas no Casal Moinho, uma delas tem ligação à estrada e outra é uma rua interior, de seguida vão intervir na Consolação, em vários arruamentos que também estão em mau estado, provavelmente o primeiro será no estacionamento da praia, a sul, depois tem de ser pintado, poderá ter de levar lancil ou lancil guia, depois há um conjunto de ruas, para além daquela onde está o parque de autocaravanas, eu falei com o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia para ver se poderíamos encontrar uma solução intermédia, porque os nossos trabalhadores não têm capacidade para dar resposta àquilo que precisávamos de fazer que era estender o lancil, fazer o pluvial, do lado das autocaravanas, para não estar a fazer o asfaltamento sem essa intervenção, depois há um conjunto de ruas, a Rua Principal onde foi feita a intervenção de passeio e de estacionamento, essa tem um bom bocado para asfaltar, depois todas as outras ruas vão ser asfaltadas e nessa altura vamos fazer o ponto de situação. Na cidade, há uma situação que está prevista contratar uma empreitada que é a Rua de São Marcos, uma das ruas mais exigentes com desbaste do asfalto e depois com alcatroamento, depois há três ruas, a Rua dos Hermínios, a Rua Joaquim António de Aguiar e a Rua Garrett, a dúvida é que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento têm um projeto que mandou executar para fazer as novas condutas de saneamento e de águas pluviais e ir asfaltar estas três ruas e daqui a um ano estar a levantar, estávamos a ver,

em termos financeiros, o que é que poderíamos decidir, porque também tem ligação financeira com outra obra que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento têm e que tem que ver com os Remédios, depois há o Baluarte da Misericórdia que também precisa de intervenção e um conjunto de ruas. No concelho, nós temos a consciência de que existem um conjunto de intervenções grandes para fazer, mas não as podemos fazer todas, não vale a pena estarmos a comprometermo-nos, temos uma lista para cumprir que está discutida com os técnicos. Sabemos que em Reinaldes precisa de uma intervenção em dois ou três arruamentos, desde logo o principal, mas outros, que os Casais de Mestre Mendo, desde logo a rua principal, mas também duas ou três ruas por trás, Ferrel tem um série de arruamentos, assim como o Baleal, São Bernardino não será dos piores, tem duas ou três ruas, porque deve ter tido uma intervenção às dois ou três anos, a Bufarda também tem três arruamentos por trás da igreja onde estávamos a prever fazer o saneamento, mas estivemos a avaliar e não parece que possa justificar e não deve atrasar o asfaltamento, portanto, admito que aquelas três ruas possam sofrer intervenção, agora, a equipa que faz o asfaltamento faz outras coisas, temos um conjunto de demolições para fazer e outras que acontecerão em breve, mas não temos a giratória que tem estado a ser reparada, depois a estratégia é asfaltar até ao mês de julho, se conseguirmos.»

Bruno Cruz (PSD):

Disse o seguinte:

«Saudou a intervenção do senhor Deputado Vítor Agostinho, porque era uma questão também me preocupava, a questão da rede viária e dos passeios. Chamo à atenção para a Rua Luís de Camões e na Rua de São Marcos que, como disse e bem o senhor Presidente, precisam de uma intervenção urgente. Isto tem uma questão associada de prevenção, porque como sabemos e isto é uma questão estratégica, qualquer dano que resulte de má manutenção da via pública, seja a veículos, seja a pessoas, terá de ser pago por esse ser uma debilidade a ter em consideração. Tenho visto, de facto, algumas melhorias nos passeios, costumo ver o pessoal da Junta de Freguesia na rua, isso é um ponto positivo a assinalar, mas estes passeios vão precisar de mais intervenção, porque no domingo passado tive de assistir um senhor idoso que bateu com a cabeça, fez sangramento devido à má manutenção na via pública e gostaria de chamar à atenção para este ponto, porque, novo ou velho, bater com a cabeça é um dano muito grave e pode correr pior da próxima vez.»

Hugo Martins (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Tenho dois objetivos que defini em 2021 como prioritários para este mandato, um ao nível da Saúde e outro ao nível do desenvolvimento económico.

Em termos de Saúde, como não posso deixar passar, questionar o senhor Presidente, porque acho que é um assunto que não podemos deixar adormecer que é o novo hospital do Oeste. O novo hospital do Oeste é essencial para a nossa vida, para a vida da população da região Oeste e também se inclui a população do Município de Peniche para não esquecer também a importância do hospital de Peniche que não pode perder a sua importância, mesmo com a construção do novo hospital do Oeste, pelo contrário, já é de lamentar o facto de o Serviço de Urgência Básica muitas vezes estar encerrado, eu acho que é muito mau nós próprios e os nossos concidadãos dirigirmo-nos ao Serviços de Urgência Básica de Peniche e estar encerrado, eu acho isso muito triste, sabemos que há uma grande carência de profissionais de Saúde e o novo hospital do Oeste vai demorar a construir-se, sem dúvida alguma, mas temos que arrear caminho. Gostava de saber novas informações, se esse assunto tem sido debatido na OesteCIM, nas reuniões dos Presidentes de Câmara, agora, há este período político mais instável que pode prolongar o prazo de iniciação do

novo hospital, mas espero que haja estabilidade política e bom senso por parte dos autarcas, neste mandato já vai ser difícil, no próximo mandato, que haja consenso para vermos uma luz ao fundo do túnel, porque é um objetivo tão primordial para as nossas gentes.

Outro objetivo que eu defini, que dependia totalmente de nós, que eu falei nas sessões de esclarecimento e assumi um compromisso com a população e debati na Assembleia Municipal pelo desenvolvimento da Zona Industrial do Vale do Grou e o que é facto é que o tempo veio dar-me razão, porque a preparar-me para esta Assembleia Municipal fico feliz por ver os outros municípios a apostar nas zonas industriais a desenvolverem-se, a captar investimento, a criar emprego, a criar oportunidades para os nossos jovens, a não castrar o futuro da nossa juventude e o que é facto é que nós, aqui no Município de Peniche, temos a marcar passo, não estamos a conseguir apanhar a onda do desenvolvimento económico. Quando vejo notícias, como por exemplo, aqui ao lado, no concelho de Alcobaça que em linha reta dista muito poucos quilómetros de nós, em que diz que a área de localização empresarial da Benedita foi inaugurada há dias pelo senhor Ministro da Economia, Pedro Reis, numa cerimónia que representou o culminar de uma história com mais de vinte anos, em que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Alcobaça até diz que atualizou os custos de investimentos inicialmente orçados em 7,5 milhões de euros e passou para 9,5 milhões de euros com trabalhos a mais, infraestruturas elétricas e reforço da rede de água, em que a nova zona industrial da Benedita ocupa uma área de 53 hectares de terreno, com 73 lotes destinados a instalação de indústria, empresas de logística, armazéns, comércio e serviços. Em fevereiro, a Câmara Municipal de Alcobaça realizou a primeira hasta pública, em que foram alienados 18 lotes, a segunda hasta pública irá decorrer em 15 de maio, com mais 22 lotes, são vários exemplos que demonstram que nós estamos a marcar passo, porque acho que era um objetivo bastante definido, e há outros exemplo, mesmo no distrito de Leiria a Câmara Municipal de Pombal, no âmbito da estratégia de revitalização, promoção e expansão de parques industriais da Câmara Municipal aprovou a expansão da Zona Industrial da Guia aumentando a capacidade de acolhimento de novos investimentos, à instalação de novas empresas, em particular de base tecnológica, a operação de loteamento aprovada em reunião camarária amplia aquela zona industrial através de uma área de expansão a norte com uma área superior de 170.000 m² prevendo a criação de 21 lotes de terreno, prevê ainda uma área verde ao redor dos lotes. Para além de promover a promoção de riqueza e de valor, a estratégia municipal de Pombal passa pela criação de novas unidades produtivas contribuindo para estimular o emprego, favorecendo a atratividade do território e a fixação da população. A expansão da Zona Industrial da Guia procura dar resposta à elevada procura do setor industrial económico para aquele território a oeste do concelho que representa uma taxa de ocupação de 100% carecendo de lotes para oferta, ou seja, nós também tivemos aqui um estudo bem definido, bem delineado por parte dos serviços camarários em que não é por ser um catedrático em economia ou em finanças para percebermos, para já a viabilidade financeira foi comprovada e se nós temos provas, existem factos de que a procura é superior à oferta está garantida a viabilidade económica, não é preciso ser um expert em economia ou em finanças para perceber isto e nós aqui a marcar passo. Mais um mandato que ficámos a ver o barco passar, porquê? por tática política, apenas e só tática política. Eu sei que é preciso ter alguma coragem para dizer isto, mas eu lamento tanto, porque em todas as sessões de esclarecimento, quem acompanhou sabe que eu falei olhos nos olhos com a população e falei da importância deste grande objetivo para a nossa terra, eu fico feliz por ver os outros concelhos a desenvolverem-se, mas ficaria muito mais feliz se fosse a nossa terra e é com muita tristeza e lamento que vejo toda esta situação, fez-se tudo, o estudo foi muito bem apresentado pelos serviços da Autarquia, foi tudo esclarecido, foi tudo público, o que é que foi preciso mais.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Em relação aos asfaltamentos e respondendo ao senhor Deputado Bruno Cruz, no essencial o senhor Deputado adiantou as respostas, acrescentou alguma das ruas, nomeadamente a Rua Luís de Camões, mas também poderia ter acrescentado a Rua do Lapadusso, mas há mais, nós estamos a concentrar naquilo que achamos que são as situações mais exigentes, temos pena de não termos condições para apresentar um plano mais ambicioso, vamos fazendo aquilo que a nossa equipa consegue fazer, porque neste momento era impensável avançar com uma empreitada de meio milhão, por razões várias, não é que ela não se exigisse.

Em relação aos passeios, sendo verdade, eu não vou pronunciar-me em relação à recuperação dos passeios e porque é que há situações que estão como estão hoje. Eu quando fui Presidente de Junta de Freguesia, existem documentos que podem evidenciar isso, levantámos centenas de metros de calçada e repusemos a calçada, nomeadamente na Rua António da Conceição Bento, uma parte, de um lado e de outro, e na Rua Arquiteto Paulino Montez. Dissemos que íamos procurar intervir, e já o tínhamos feito, na Rua D. Luís de Ataíde na reabilitação da calçada e através de uma pequena empreitada estamos a fazê-lo agora no Bairro Luís de Camões, portanto, a reabilitação começou na semana passada para ver se resulta e depois contratamos para mais algumas zonas, porque penso que a solução é essa. Depois há um passeio na Avenida 25 de Abril, particularmente da zona do cruzamento da Igreja de Nossa Senhora da Ajuda para a entrada de Peniche, que necessita de uma grande intervenção e que está referenciada, de qualquer forma, como é um passeio muito largo, há a intenção de promover a construção de uma ciclovía dentro do passeio, que não foi ainda discutido pela Câmara Municipal, mas acho que pode ser uma boa oportunidade, apesar de dificilmente vir a ser executado neste mandato, mas há muito tempo que dei essa orientação para o fazer. Em termos de passeios há outras coisas que são erros do passado, de dezenas de anos, quem vai à Consolação percebe e eu digo-o publicamente para ver se não se cometem os mesmos erros no futuro que é aceitar como bons alguns passeios que não são bons e que são mal-executados, muitos deles de cimento desenhados e passados cinco anos está tudo uma desgraça. Grande parte da Consolação, neste momento, precisa de investimento. Nós fizemos um acordo com a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia e recuperaram-se algumas coisas na parte sul da Consolação e penso que com pavê as coisas se resolvem, mas na zona norte, onde existem prédios, uma grande parte tem de ser levantado e aplicado novo material, mas isso é com tempo, provavelmente com empreitadas ou em parceria com a Junta de Freguesia.

Em relação ao hospital, este será o que os políticos quiserem, na minha opinião, os políticos que estão no terreno e que vão entrar em campanha eleitoral parece que não querem assumir isso e não é por causa das autárquicas, porque em relação às autárquicas as coisas estavam esclarecidas, havia dois autarcas que queriam que o hospital fosse construído entre Óbidos e Caldas da Rainha, havia um que não se pronunciava e os restantes, no essencial, concordavam com o estudo que, bem ou mal, foi apresentado e que na altura não foi contestado, foi contestado à posteriori. Para mim, seja em Óbidos, em Caldas da Rainha, no Bombarral ou dentro desta proximidade, construam-no onde entenderem, têm de o sinalizar e têm de colocar em Orçamento de Estado ou têm de arranjar financiamento fora do orçamento, mas vai ser dramático para o desenvolvimento desta região que vai ser uma das grandes insuficiências, porque a região está a ser procurada, as infraestruturas, bem ou mal, vão sendo construídas e não temos aquilo que é essencial, que é garantir o acesso à saúde às nossas populações e um bom hospital, porque nós merecemos na região de um bom hospital para não estar a acontecer o que acontece, portanto, é uma questão política e vamos deixar de hipocrisia, os partidos que se assumam na região, não são os autarcas, os autarcas serviam de desculpa no passado muito longínquo, agora os autarcas consensualizaram, logicamente que tanto o Partido Socialista como o Partido Social Democrata, particularmente esses dois, dentro de Caldas da Rainha e de Óbidos têm um problema acrescido, mas isso é um problema deles, nós queremos é

o hospital. Nas reuniões da OesteCIM, recorrentemente, é um assunto que eu gosto de abordar.

Em relação à Zona Industrial do Vale do Grou, um dia destes, respondi a um jornalista que é demasiado triste, não temos a Zona Industrial do Vale do Grou por uma razão muito simples, é a mesma coisa quando não avançamos para a alteração da logística municipal para sair dali, é muito simples, os autarcas deste concelho não quiseram, mas continuam a vir à nossa procura empresas que querem lotes e não há. Eu vou escrever, aliás têm-me chamado incompetente publicamente, algumas pessoas que até não querem trabalhar chamam-me incompetente, outros não têm mesmo competência, outros nunca trabalharam, dá para tudo, façam à vontade, eu também tenho direito, até porque eu sou um ser humano como qualquer outro, tenho família que gosta de mim e aí tenho de dar respostas e eu não me vou calar, portanto, têm de me ouvir o resto da vida.»

Bruno Cruz (PSD):

Disse o seguinte:

«O senhor Presidente da Câmara disse, e bem, até referiu uma questão importante que seria levantar esse material, mesmo tendo noção que está de saída, seja qual for o próximo Presidente ou o próximo Executivo Camarário, deve acontecer o mesmo também nas estradas, não apenas nos passeios, porque transformar buracos em montes também não é uma melhor solução.

Relativamente à intervenção do senhor Deputado Hugo Martins que até foi bastante importante, não direcionado ao senhor Presidente, pode deixar por escrito, pode fazer o que quiser, mas ter em consideração e olhar também, mais uma vez, para o concelho de Óbidos. Vamos ter novamente, entretanto, e louvo o concelho de Óbidos por isso e pelo desenvolvimento que os autarcas tem feito, vamos ter a Óbidos Vila Gaming, um enorme evento que acabou por criar um observatório nacional para a indústria dos videojogos, que é uma indústria em crescimento, coesa, com o desenvolvimento tecnológico que temos estado a assistir e embora não tenha atingido aquilo que eram as projeções iniciais, os 40.000 visitantes, no primeiro evento que houve, atingiu 25.000 visitantes em nove dias. Se não estou em erro a Câmara Municipal de Óbidos gastou cerca de 450.000 euros, mas esse retorno foi obtido nos 25.000 visitantes e este ano vamos ter outra vez. Ter também atenção a estes eventos, chegarmo-nos à frente e atrair este dinamismo económico também para o nosso concelho, no caso, não vai ser o senhor Presidente, mas para quem vier que tenha isto em conta.»

José Monteiro (CDU):

Disse o seguinte:

«No mês de março tivemos o temporal que afetou várias áreas da cidade e também do concelho. A questão que coloco a este propósito tem que ver com a articulação entre a autarquia e as telecomunicações, há pelo menos três postes que identifiquei de telecomunicações que não estão tombados, mas estão num ângulo de 45° o que revela algum cuidado e, obviamente, cria algum perigo em algumas zonas, para além de cabos caídos que não foram removidos. Que intervenção é que a autarquia tem nesse sentido para evitar que, se houver outro temporal, possa cair e causar prejuízo a viaturas ou até a algum transeunte.

Ainda a este propósito, tenho apreço pelos trabalhadores da Câmara Municipal, obviamente, e das Juntas de Freguesia, mas também porque me foi referenciado e sinalizado, também aqui o deixo à consideração. A Proteção Civil fez o corte de algumas árvores, nomeadamente cedros, que caíram e os sobrantes ficaram cerca de duas semanas nos passeios e na rua, 15 dias depois algumas zonas onde foram juntos em pequenos montes e os montes ficaram durante 48 horas, obviamente que a chuva e o vento espalhou pelas sarjetas e por outros espaços, vir 48 horas depois para remover aquilo que foi espalhado dá-me a ideia que aqui é uma questão de articulação e volto a dizer que merecem muito respeito os trabalhadores da Câmara Municipal,

obviamente que é um trabalho duro, difícil e temos de reconhecê-lo, mas também se exige um pouco mais de coordenação e de cuidado quando se presta estes serviços para que aquilo seja eficaz.»

Luís de Almeida (PSD):

Disse o seguinte:

«Esta intervenção era só para comunicar a esta Assembleia e reforçar as preocupações que foram aqui manifestadas em relação à Saúde, o utente na quarta-feira passada teve um problema há uma hora da manhã, o 112 rapidamente chegou, mas ficou à espera de onde devia ir o utente. O utente acabou por não ter entrada em Peniche, não ter entrada em Caldas da Rainha e foi internado para Leiria, é esta a situação em que, neste momento, em certos dias temos.

É claro que a questão do Vale do Grou é uma questão tática política, mas não é uma questão tática política exclusiva de uma bancada partidária, é uma questão de tática política de várias bancadas partidárias. A democracia indica que os assuntos devem ser discutidos e nós não temos de ter todos a mesma opinião, agora, é boa prática democrática tentarmos consensualizar, se formos construtivos, as várias opiniões. Dá-me ideia que o esforço para essa consensualização teve a ver com a elaboração do projeto estratégico que, é claro, vai atrasar meses e meses o objetivo de consensualizarmos uma opinião e, portanto, é verdade, é tática política e quem sofre é o desenvolvimento local, são os utentes, é Peniche.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«A diferença entre Alcobaça, Óbidos, Pombal, Torres Vedras que fez um empréstimo avultado e aprovado por unanimidade, são as maiorias e eu vou sair, mas os problemas desta terra vão continuar, porque o documento estratégico foi para nos entreter a pensar que íamos gastar mais 4.000, 5.000, 6.000 ou 7.000 euros e depois o documento andava para trás e para a frente, depois eu ia-me embora e já não há paciência. O senhor Deputado Luís de Almeida foi uma das pessoas que me surpreendeu naquela reunião, independentemente de ter razão em alguns aspetos de falta de consensualização, mas é muito difícil de consensualizar com algumas pessoas, e fiquei muito surpreendido, porque a reunião foi promovida para empresários e a proposta do senhor Deputado resumia-se na compra do terreno, façam lá o empréstimo e depois deixem lá, isso não faz sentido nenhum, o que faz sentido é fazermos o investimento, garantir que há pessoas interessadas em comprar os lotes como havia e foi exibido, uma delas era a Plastimar, outra queria 90.000 m² para uma empresa de produtos alimentares só para exportação, nós tínhamos 160.000 m² para fazer, 90.000 m² com 50.000 m² são 140.000 m² sobravam 20.000 m² e já não davam pra as encomendas, mas tudo tem de ser justificado, tem de fazer estudos, mas não são precisos estudos para ver evidências, nós fazíamos um empréstimo, comprávamos, pagávamos, apresentávamos o projeto, ia para empreitada e vendíamos os lotes todos de seguida. Havia empresários que eu não convenci, provavelmente no primeiro mandato, a investir e pelas evidências e pelas infraestruturas construídas iam investir, a maioria não quer. Essencialmente é uma questão política e pelo menos que se entendam, o fator de destabilização sou eu, eu é que não consigo consensos, são todos muito iluminados, têm todos muita competência, até porque a maior parte deu exemplos a vida toda, portanto, não há problema nenhum, resolvam os problemas, aproveitem aquilo que seja positivo para a nossa terra e que se foi discutindo nestes anos e eu dou-lhe os parabéns e fico muito satisfeito por aquilo que foi feito de positivo para a nossa terra e não é por a, b ou c o fazer, é por ser feito para a nossa terra.

Senhor Deputado Bruno Cruz, eu não vou falar de Óbidos, até por respeito ao senhor Presidente, Filipe Daniel, que conseguimos todos, de certo modo, ter uma boa relação, mesmo com pontos de vista diferentes, mas não se vá continuando a comparar Óbidos com Peniche, são

realidades completamente diferentes, não tem nada a ver. Óbidos faz muito bem aquilo que é opção desde o senhor Presidente, Telmo Faria, não tem aquilo que nós temos, não tem as frentes que nós temos em termos de exigência e teve sempre aquilo que nós não temos há muitos anos e quando se teve provavelmente nem se fez aproveitamento dela, que são as maiorias absolutas, e noutros mandatos nem foi preciso a maioria absoluta, porque havia tranquilidade. Eu fui Vereador numa Câmara do Partido Social Democrata e havia tranquilidade, eu era o perigoso comunista da Câmara, os outros dois meus colegas eram independentes e, provavelmente, eu fui o mais colaborador da Câmara do Partido Social Democrata e não ganhava um tostão, nem as senhas de presença levava para casa.

Senhor Deputado José Monteiro, tem de nos dizer quais são os postes que estão caídos e os cabos que estão caídos. Como o senhor Deputado deve calcular, isso não é uma competência da Câmara Municipal, nós alertamos, às vezes levam muito tempo. Posso dizer que há pouco tempo um carro do Município mandou uns cabos abaixo e tivemos duas ou três semanas à espera, mas depende das empresas, há empresas mais rápidas que outras.

Em relação às árvores sobrantes, não sei do que o senhor Deputado está a falar, mas eu chamei à atenção de uma situação destas junto à PSP que por causa do temporal se cortou e eu passei por lá já havia passado uma semana e estavam em cima do canteiro e foram retirar, mas eu não sou daqueles que acha que todos os trabalhadores da Câmara, hoje é moda dizer isso e então quando é campanha eleitoral são todos excelentes, são todos muito bons, não são nada, há pessoas que até têm falta de bom senso e os outros que são bons é que pagam a fatura e depois os maus vícios pegam-se, os bons é uma carga de trabalhos, isto é verdade, é um dos grandes dramas desta Câmara, os trabalhadores nem sempre têm razão e os trabalhadores nem sempre têm razão. Eu disse, passado 100 dias de estar nesta casa e fui à radio, está gravado, que se isto fosse uma empresa minha mandava trinta para casa, pagava indemnização e ganhava dinheiro, depende dos trabalhadores, mas também há muitas empresas que têm trabalhadores desse e vai agravar-se, como a situação se vai agravar no futuro, como a situação da educação se vai agravar, não é o concelho de Peniche, o país esteve adormecido e não tomou as decisões acertadas. Eu posso falar de muitas coisas da Câmara, mas em termos de organização nós arrumámos a casa naquilo que entendemos que podíamos arrumar a casa que foi estruturar a casa, faltam dois ou três toques, logicamente que quem vem pode tomar outras decisões, há decisões inclusive que eu não vou querer tomar e vou deixar para quem vem, vou deixar o dossier, vou dizer às pessoas que há decisões que eu não quero tomar e até admito que possa ter de tomar alguma decisão, mas isso falo sempre com o Presidente ou a Presidente eleita, são situações dessas, há situações que o Presidente de Câmara que sabe que vai embora que não deve assumir, agora, se há muita coisa para arrumar nesta casa, há, alguns estão à espera de lugares e de chefias, mas a articulação entre todos é que é essencial, mas primeiro tem de ter uma estrutura cá em cima, que tem de ter a maioria para fazer a coordenação de todos os setores, a coordenação de todos os chefes e os chefes têm de coordenar os encarregados e se os chefes não coordenam os encarregados têm de ser o político a fazê-lo, este é que é o problema e os trabalhadores sabem-no, agora, lamentavelmente levam todos pela mesma tabela e há trabalhadores que são excelentes, alguns pensarão "vale a pena". É a mesma coisa que há uns dias passei uma série de informações e alguém me disse "Presidente ainda está preocupado com essas coisas, o Presidente vai embora", mas eu não consigo desligar, desligo quando me for embora.»

Luís de Almeida (PSD):

Disse o seguinte:

«Voltando ainda ao Vale do Grou, quer eu, quer o Partido Social Democrata entendem que não é necessário o investimento no terreno e nas infraestruturas para que haja alienação de algumas áreas, desde que haja o compromisso de, posteriormente avançar para as infraestruturas,

é este o entendimento, foi isto o defendido, entende-se também, por questões de oportunidade, que seria muito complicado o nível de endividamento que estava a ser proposto, este entendimento é legítimo, cada grupo tem o seu entendimento e, portanto, o Grupo do Partido Social Democrata entende que o projeto do Vale do Grou deve ter o seu princípio, o seu princípio é a aquisição do terreno, a seu tempo não de aparecer e é bom sinal que hajam os devidos interessados que certamente a combinar as coisas e a projetar as coisas se avançaria para a infraestrutura como penso ser melhor para a autarquia, é esta a opinião. Não é verdade que a posição nessa reunião foi uma posição de boicotar ou de impedir que houvesse avanço e não tenho informação, mas até julgava que fosse do lado do senhor Presidente a ideia do tal estudo.»

José Monteiro (CDU):

Disse o seguinte:

«Quero apenas para dizer ao senhor Presidente que far-lhe-ei chegar as situações, sei que uma delas foi reportada, sinalizada, não sei se à Proteção Civil, não sei qual foi a divisão que foi referenciada, mas depois posso fazer essa referência, até porque neste aspeto e quando eu fiz a questão da coordenação da autarquia é evidente que são as empresas de telecomunicações, mas a empresa não pode cortar, deixar depois espalhado pelo chão, a autarquia terá que chamar à atenção relativamente a isso, penso que é um perigo para uma criança, eu vi uns dos fios pelo chão meramente suspenso entre uma árvore e um muro em que era já a parte branca, dá ideia que roubaram o cobre interior, e nem se vê e ao passar pode ficar com o pescoço entalado, portanto, há questões que também devemos ter algum cuidado e compete-nos a todos nós.»

Hugo Martins (GCEPP):

Disse o seguinte:

Pensei não falar mais sobre a Zona Industrial do Vale do Grou, mas sou forçado a intervir. Reparem na importância que é dada a este tema, quando alguém anuncia numa Assembleia Municipal, há cerca de um ano, a constituição de uma comissão para decidir sobre a Zona Industrial do Vale do Grou, passado um ano não sabemos quem são essas pessoas, essas pessoas não existem, pelo menos que eu saiba, isso não foi anunciado em lado nenhum, veja-se a importância que esses grupos municipais ou esse grupo municipal está a dar à Zona Industrial do Vale do Grou, já para não falar dos eventuais conflitos de interesses e porquê. Por exemplo, no meu caso, até setembro de 2025, sinto-me totalmente capacitado para decidir pelos cidadãos, eu e os restantes eleitos, não vou chamar ninguém, posso ouvir a opinião das outras pessoas, como é óbvio, estudo, preparo-me como as outras pessoas, agora, nomear uma comissão, isso foi para quê, foi só para adiar, foi só para não decidir, foi só para capitalizar politicamente e passado um ano ninguém sabe quem é essa comissão, quem são essas pessoas, e se foi anunciado e se está gravado, foi anunciado aqui na Assembleia Municipal, ninguém sabe quem são, uma comissão fantasma, mas isto tudo só para dizer o quê, o objetivo principal foi só adiar a decisão, foi não concretizar o objetivo, esse foi apenas e só o único objetivo e depois ainda insistem na questão, quer dizer, quando deviam esconder um bocadinho o assunto para a população não saber, ainda fazem questão de reforçar o tema quando deviam esconder isto da população para a população não ficar a saber, assim a população fica a saber que não têm qualquer vontade em concretizar este objetivo ou então adiar. Quero alertar a população para o seguinte: foi tudo público, o estudo foi público, os esclarecimentos foram públicos, os autarcas colocaram todas as questões, a população foi convocada por todos os canais de comunicação, a comunicação social esteve presente, foi comprovada a viabilidade financeira, foi comprovada a viabilidade económica, não ficou a faltar nada, foi só, apenas e só, a tática política.»

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Neste período não se registaram quaisquer intervenções.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Considerando o adiantado da hora, o senhor Presidente da Mesa, após a realização do período de antes da ordem do dia, colocou à consideração da Assembleia, realizar uma segunda reunião no dia 28 de abril, para dar continuidade à ordem dia.

Propôs ainda alterar a mesma, no sentido de apreciar na presente reunião os pontos 01 a 02 e 09 a 16, e deixar para a próxima reunião os pontos de 03 a 08, tendo sido aprovado por unanimidade.

1) APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:

A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apreciou a informação escrita do senhor presidente da Câmara, Henrique Bertino, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

2) APRESENTAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO À CÂMARA MUNICIPAL POR PARTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA:

No cumprimento do n.º 7 do artigo 38.º, Subsecção III, do Regimento da Assembleia Municipal de Peniche, usaram da palavra os senhores Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, de Atouguia da Baleia e de Peniche.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Quería perguntar ao senhor Presidente da Câmara, há 15 dias, houve uma plantação de árvores no Pinhal Municipal, as quais até foram na Freguesia de Atouguia da Baleia, mas o Presidente de Junta de Freguesia não teve conhecimento que iam lá plantar árvores, depois, por descargo de consciência, fui lá ver o que tinham andado a fazer, andaram lá a plantar árvores no meio do lixo, aquele Pinhal Municipal é uma autêntica lixeira que lá está, espero estar enganado e espero que daqui a alguns anos lá passe e veja algumas árvores, mas dificilmente, da maneira que aquilo está a ser tratado, haverá lá alguma árvore.

Quería perguntar em que ponto de situação está o parque fotovoltaico na zona de Porto de Lobos.

O ponto de situação do Parque das caravanas, na Consolação.

O ponto de situação da Casa dos Valla, em Atouguia da Baleia, entretanto, quando foi esta última intempérie houve um arrufe do telhado, aquilo soltou-se, foi lá a Proteção Civil ver se conseguia fazer alguma coisa daquilo, não conseguiram lá chegar, mas aquilo preciso de levar uma intervenção, não sei qual é a melhor forma, mas tem de se olhar para aquilo, porque qualquer das formas aquilo está a colocar em perigo se fizer mais algum temporal mais alguma coisa que possa cair cá abaixo.

Em que ponto é que está o Forte da Consolação.

O Ponto de situação da Regueira do Poço.

Temos o caminho da Barragem, entretanto, temos aí a prova de BTT, no dia 25 de maio, e o caminho da Barragem nunca mais ninguém olhou para aquilo, penso que é desta que o tempo irá melhorar, tem de se olhar para aquilo.

A obra na Bufarda que ficou inacabada, em que ponto de situação está, se a Câmara vai acabar aquela obra, se não.

A ponte da Ribafria.

Em termos de asfaltamentos já muito se falou aqui, mas as prioridades são tantas e as exigências são tantas, não sei se a Câmara neste momento não tem capacidade financeira, mas mesmo em termos de pessoal para acudir às exigências que existem, em termos de asfaltamento no concelho.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Quero dizer que tenho de agradecer às escolas, ao Setor da Educação, aos Sapadores Florestais, à Proteção Civil, à OesteCIM pelo trabalho que fizeram, em termos de plantação de árvores. Se me perguntar se aquilo era na Freguesia de Ferrel ou de Atouguia da Baleia, pensava que era na Freguesia de Ferrel e acho que chamei à atenção para falarem com o Presidente da Junta de Freguesia e dizer que íamos lá plantar arvores e se houve aqui alguma falha, peço desculpa em nome do Município, mas não foi com intenção. Se aquilo está bem feito ou não, eu gostava de ver se nós não tivéssemos feito o investimento que fizemos e opção política de contratar uma equipa de Sapadores Florestais, que era o único concelho que tinha uma equipa de sapadores até à bem pouco tempo, herdámos os restos de uma que era partilhada com Óbidos, com a Lourinhã e Peniche a fatura ficou para Peniche, não vale a pena estar a discutir, os outros têm muito dinheiro, mas a Câmara Municipal de Peniche é que ficou a arder e depois, pelo menos para defesa do Pinhal do Vale Grande vamos contratar, e assim o fizemos, uma parte da equipa de Sapadores Florestais é paga por uma candidatura, mas o que é certo é que temos, agora Torres Vedras também tem. Se não tivesse aquela equipa a limpar estes anos todos os infestantes que é uma monstruosidade, hoje estaríamos pior, não sei se o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, o pinhal está um bocadinho diferente do que estava há três ou quatro meses atrás, mas acho que ainda há muito para fazer e deve ter continuidade a limpeza do pinhal, mas muito está feito, se me disser que pode estar melhor, tudo pode estar melhor. Se aquilo, em termos de plantação, foi a melhor opção, não sei, não sou técnico dessa área, também estranhei, achei muito interessante os miúdos todos estarem entusiasmados e os professores, isso acho muito interessante, se as 4.000 árvores pegam, não, mas, se das 4.000, 1.000 pegassem já era muito bom, logicamente tem de haver um planeamento e uma intervenção, se calhar, diferente do Município. O Município tem um número considerável de hectares e deve fazê-lo, nomeadamente numa das propriedades à beira da Estrada do Béltico, de um lado e de outro, uma zona que até ardeu há uns anos.

Em relação ao parque fotovoltaico na zona de Porto de Lobos, foi aprovado, eu votei a favor. Eu votava sempre a favor, em qualquer circunstância, a partir do momento que o projeto seguiu como seguiu, independentemente de poder fazer a avaliação de como correu o processo.

Em relação às autocaravanas, na Consolação, eu falei com o senhor Presidente da Junta de Freguesia, a Câmara confessa que não pode fazer tudo o que gostaria de fazer, o parque de autocaravanas, a Câmara, no mandato passado, por minha proposta, comprou mais um terreno de 50.000,00 euros para fazer o alargamento e já tinha comprado outro, como não consegue lá colocar uma das equipas, porque estão noutras áreas, pediu à Junta de Freguesia para ver se avançavam com o parque de autocaravanas, em função disso, a limpeza, o alinhamento e o nivelamento da área

que o Município comprou naturalmente que tem de ser feito com a giratória e terá de ser planeado e está nos registos do planeamento da Divisão de Obras Municipais que irá intervir quando nós dermos essa prioridade, mas todas as semanas estamos a mudar de prioridades.

A Casa dos Vallas, eu acho que temos de passar a Casa dos Vallas para a Junta de Freguesia, porque o edifício é usado pela Junta de Freguesia, tudo o que são intervenções é pedido à Câmara Municipal, embora estejamos com melhores condições, às vezes nem capacidades temos para preparar os processos de empreitada, quando o processo passou por mim encaminhámo-lo para a Divisão de Obras Municipais para fazer a avaliação.

O Forte da Consolação tem, neste momento, um diferendo de avaliação entre a Agência Portuguesa do Ambiente e a Câmara Municipal, nomeadamente entre os técnicos e o Presidente, porque a situação dos taludes é de uma instabilidade tão grande e não foi a única, mas foi uma das razões que a obra ficou por terminar e tem que ver com a destabilização do talude virado a norte. Nós preparámos o projeto de execução e pagamos sem perguntar nada a ninguém, percebemos a gravidade da situação, logicamente quando chegarmos à intervenção a Câmara Municipal não vai, seja eu seja o próximo Presidente, ali investir, porque é da responsabilidade da Agência Portuguesa do Ambiente, provavelmente será uma candidatura, estamos na discussão técnica e a discussão técnica é que uma parte da Agência Portuguesa do Ambiente, pelo menos os técnicos apresentaram uma proposta de intervenção, nós não concordamos com essa proposta e estamos à espera que haja uma decisão da Agência Portuguesa do Ambiente em relação àquilo que querem permitir em termos de execução de estabilização do talude a norte e sem essa estabilização do talude a norte qualquer dia o forte vem cá ter abaixo e eu já estou a alertar há muito tempo, nem nunca devia ter sido feita nenhuma intervenção sem essa estabilização do talude a norte, não sou técnico, mas é a minha sensibilidade, mas admito que ninguém tivesse visto, como outras coisas na Consolação, já nem falo do talude a sul e na estabilização que foi feita e no perigo que lá está, um dia destes cai quatro ou cinco casas. O Forte da Consolação está à espera disto, levámos sete anos para apresentar a candidatura para a Marginal Norte, no Forte da Consolação estamos com o projeto há dois anos, mas penso que no princípio do mandato que vem a situação estará estabilizada em termos de projeto, penso que vamos ultrapassar isso e se me perguntarem a mim se a Agência Portuguesa do Ambiente insistir na solução que alguns estavam a defender, eu não concordo, mas como aquilo nunca será feito sem candidatura dificilmente será executada.

A regueira do poço, tenho a pasta e posso deixá-la ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, os passos que se deram, nós fizemos, estivemos no terreno, tivemos azar, gostaria muito que fosse um processo que estivesse tratado, admito que possamos ainda fazer uma forcinha para ajudar a encontrar uma solução para quem vier, porque é um processo que estava mais ou menos encaminhada e, infelizmente, o senhor faleceu, é um processo muito interessante, é um projeto muito interessante que possa ser desenvolvido e que enriquecia aquela zona de Atouguia da Baleia e criava ali um acesso pedonal e provavelmente para a Câmara até não é uma coisa muito exigente, portanto, é uma questão de intervenção e assim que haja oportunidade, podemos tentar uma aproximação com as pessoas.

O caminho da Barragem, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia diz que não se fez nada, mas o senhor Presidente da Junta de Freguesia anda no campo e tem chovido muito e o caminho não está em condições, para além disso não temos a giratória, mas admito que quando houver condições poderemos preparar o caminho da Barragem para receber a prova, espero que nos possamos ajudar uns aos outros e fazer a intervenção, aliás, eu defendo que o senhor Presidente de Junta de Freguesia deva estar presente, eu sei o que é que foi feito quando houve lá a intervenção e sei que houve falta de sensibilidade e é bom que isso não continue a acontecer, portanto, vamo-nos ajudar um ao outro.

Em relação à obra da Bufarda, terei de verificar junto da Divisão de Obras Municipais.

Relativamente à ponte de Ribafria, tecnicamente não sei o que está em falta, este projeto foi da minha iniciativa, está no orçamento e é para executar este ano, houve uma alteração ao projeto e penso que estará pronto em breve, terá de ir a reunião de Câmara e depois é lançada a empreitada, portanto, penso que poderá haver condições para a avançar com a obra em julho ou em setembro.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia disse que a Câmara não tem capacidade, mas a Câmara tem capacidade dentro dos limites que tem e dentro daquilo que é a estrutura camarária, é como na Junta de Freguesia que tem capacidade de fazer aquilo que pode.»

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«O senhor Presidente falou que temos de ir ao caminho da Barragem, aliás, a Junta de Freguesia, que fique aqui bem assente, sempre que foi consultada pela Câmara para pedir o apoio da Junta de Freguesia, a Junta de Freguesia nunca disse que não, sempre apoiou e sempre que é solicitado o apoio da Junta de Freguesia a Junta de Freguesia tudo faz para apoiar a Câmara na resolução dos problemas da freguesia.

Em relação ao parque das caravanas da Consolação, sei que não vamos fazer o parque das caravanas, mas já fiz uma intervenção, porque não se pode fazer um parque de caravanas sem árvores e se houver um projeto e eu penso que há, pelo menos que se plante lá algumas árvores a delimitar o parque, não vai depois aparecer um parque nu, sem árvores, acho que se devem plantar bastantes árvores no futuro parque de caravanas na Consolação.

Em relação ao parque fotovoltaico em Porto de Lobos, aquilo foi aprovado na Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia tinham dado o parecer que não concordavam com a localização daquele parque de fotovoltaicos naquele local e eu gostava de saber quem é que votou a favor, o senhor Presidente já disse que foi um dos que votou a favor da colocação do parque, mas um parque de fotovoltaicos naquela zona vai ser uma aberração para o nosso concelho, mas é a minha opinião e é a opinião dos outros Presidentes de Junta e se alguma coisa estiver ao nosso alcance que possa impedir aquela localização do parque fotovoltaico naquela zona tudo iremos fazer para que isso não seja uma realidade.

Quando se falou no caminho da Barragem, eu já ouvi tanta vez “estamos à espera que venha a giratória”, há tantos trabalhos para a giratória, o caminho da Barragem também está à espera da giratória, não se consegue chegar a todo o lado, mas que fique ciente mais uma vez que da parte da Junta de Freguesia há disponibilidade para colaborar com a Câmara Municipal para ir dignificar aquele caminho, porque a maior parte das vezes que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento passava só com a niveladora, ia mandando o chão para dentro das valetas e as valetas que foram feitas para recolher as águas neste momento estão meio metro mais altas que o caminho, portanto, aquilo precisa de tirar dali bastante terra, mas elas se calhar cabem junto à Barragem, o que tiver de ser feito tem de ser feito com pés e cabeça e não andar a arrancar árvores, houve lá algumas intervenções que todas as árvores que se plantaram foram à frente da niveladora.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Eu concordo com o senhor Presidente de Junta de Freguesia em relação às árvores no parque de autocaravanas, mas o senhor Presidente de Junta de Freguesia também sabe como é que aquilo foi feito, na altura fez-se o melhor possível, até foi mais a Junta de Freguesia, a Câmara Municipal deu o apoio. Nós comprámos, por minha iniciativa um terreno ao lado, admito que seria

interessante comprar-se mais um ou dois terrenos ali ao lado e seria diferente se alargássemos aquela área e pudéssemos fazer um projeto interessante para aquela zona, logicamente que eu subscrevo a questão da plantação de árvores e espero que não sejam daquelas árvores pequeninas como às vezes se colocam. Eu penso que a prioridade, neste momento, no parque de autocaravanas era colocar o lancil, se for uma empreitada temos de ver os valores, não há dinheiro para tudo, a situação financeira melhorou, mas também não quero estragar.

Em relação à questão do asfaltamento, eu não vou estragar a situação financeira neste momento para depois acusarem que eu me vou embora e deixo 1.400.000 euros como acusaram o ano passado, foram os técnicos que resolveram o problema da Câmara, é muito mais do que aquilo que nós mostramos ou que é evidenciado em termos de contas, recuperou-se muito mais do que 1.400.000 euros e mais 400.000 euros que é o saldo de conta, é 1.800.000 euros só aqui, mas há mais, nós recuperámos outras coisas em termos de investimento, porque houve orientações nesse sentido, não são só as questões técnicas. Uma coisa era termos, há seis anos, feito o empréstimo de 1.000.000 euros, no essencial, para todo o asfaltamento do concelho, hoje, aquilo que é 1.000.000 euros custa 2.500.000 euros, logicamente que algumas coisas nós já fizemos como a Estrada do Béltico que, na altura, estava calculado em 300.000 euros, provavelmente em termos de materiais, a empreitada, foi muito mais, mas o que está feito está feito, logicamente que se houver uma almofada financeira, por exemplo, se nós vendéssemos o terreno para o hotel e ficássemos com uma almofada financeira, admito que quem cá esteja possa fazer uma empreitada para resolver o problema de todo o asfaltamento que está a precisar de intervenção, admito isso, como outras coisas, é uma questão de definição de prioridades, portanto, não há condições para isso, mas já fizemos bastante e, naturalmente, cada vez que vamos alcatroar uma rua e quando vamos alcatroar um caminho logo a seguir, há mais caminhos, há mais reivindicações como foi feito entre os Casais Brancos e a saída para a EN114, logicamente que os agricultores e os moradores da Coimbrã também queriam que ligássemos e tem lógica, é tudo uma questão de planeamento. Eu acho que será uma boa oportunidade, até para se juntarem todos, quando eu sair, e porque é uma altura de inverno, é uma altura de planeamento, que possam ver o que é que está, em termos de registo para fazer em termos de asfalto, que será muito menos do que será hoje, e depois definirem as prioridades. Admito que dentro da cidade e também em algumas povoações como Ferrel, Reinaldes e Casais de Mestre Mendo, parecem-me ser os casos mais gritantes, mas não é nada do outro mundo, isto com alguma tranquilidade e com algum dinheiro tudo se faz.

Em relação ao fotovoltaicos, eu nem acredito que o senhor Presidente de Junta de Freguesia não saiba quem é que votou a favor e quem é que não votou, quem é que não sabe, o senhor Presidente de Junta de Freguesia que pergunte aos vereadores do Partido Social Democrata, os dois membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche votaram a favor.

Em termos da estrada da Barragem, eu não sei se foram os SMAS e quando eu, há pouco, referi que era bom estarmos os dois lá, se tivermos tempo para isso, é exatamente para isso, é por causa das valetas e por causa das árvores, porque é daqueles momentos que devia de haver sensibilidade e não há, quando uma máquina corta uma árvore eu até admito, como as valetas. Há outra situação que o senhor Presidente de Junta de Freguesia já ouviu falar muitas vezes, alguém tem de o fazer, e já disse aqui na Assembleia Municipal que era vantajoso ser o Presidente de Junta de Freguesia a ter essa iniciativa e tem que ver com o facto de algum dia termos de falar com os agricultores todos que estão ali à volta, olhar para a planta, ver onde é que se vão fazer as valetas, onde é que se vai desviar as águas para aquilo deixar de acontecer tanto, porque o que eu defendo é que o caminho da Barragem deve ser interdito a tudo, menos a pé e de bicicleta.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«Relativamente àquilo que tem sido o trabalho efetuado pelos técnicos da Câmara Municipal, obviamente, com o acordo e a decisão política do senhor Presidente da Câmara, relativamente ao assunto dos terrenos do Moinho Velho, um assunto que vinha a colocar há alguns anos, que este ano, como vinha a avisar, já criou constrangimentos pelo menos a um agricultor, porque não tendo a posse do terreno não o pode colocar para os fundos comunitários, no entanto, o assunto está a andar, tem estado a andar bem com os técnicos a desenvolver o bom trabalho na Junta de Freguesia e eu gostaria de deixar este agradecimento. Gostaria de deixar também, mais uma vez, o agradecimento e o envolvimento do senhor Presidente Eduardo Figueira neste processo.

Relativamente ao Pinhal Municipal, não tive a ocasião de acompanhar, mas soube e fui informado pela senhora Vereadora Ana Rita Petinga da plantação de árvores pelas crianças do 1.º ciclo do concelho e gostaria de felicitar a Câmara por ter seguido esta minha sugestão já feita há dois ou três e lamentar que não fosse mais cedo, é nisto que eu costumo referir a questão do Pinhal Municipal, quando na nossa primeira reunião oficial, entre o Presidente da Câmara e a sua equipa e o Presidente da Junta de Freguesia e a nossa equipa, o senhor Presidente teve aquela saída de não confiar na nossa competência ainda não nos conhecendo, porque nós estávamos a iniciar funções, era disto que se tratava, coisas simples, e até mais, que poderiam ter sido feitas.

Relativamente aos asfaltamento e porque o assunto surgiu, de facto foram feitos estes 100 metros na Rua do Cataló, o senhor Presidente legitimamente definiu um método diferente durante os seus mandatos, é a decisão da Câmara que vale para a escolha das ruas que são indicadas pela freguesia e tem toda a legitimidade, sem problema nenhum, além daqueles, cerca de 200 metros, que a freguesia tem na Estrada do Béltico, foram feitos estes 100 metros também, neste mandato, e eu gostaria, porque não me apercebi, se ainda conta fazer mais alguma em Ferrel neste mandato.

Relativamente a um assunto que já levantei na outra Assembleia Municipal, relativamente aos biorresíduos, na altura a senhora Vereadora Ana Rita Petinga disse-me que iam desenvolver eventos nas escolas primárias para sensibilizar a comunidade educativa e tive a ocasião de felicitar, mas gostaria de reforçar este ponto para dizer que, de facto, foi um investimento feito que, na minha opinião, ainda não sortiu os efeitos desejados, nem de perto nem de longe, no site do Município fala-se na disponibilização de uns contentores de sete litros e uns de dez litros, creio que isto será para utilização individual dos cidadãos, e gostaria só de sugerir, porque me parece importante, que possa ser feito, se calhar, até para efeitos de poupança de recursos, que possa ser feita alguma comunicação digital e tentar levar alguns destes instrumentos às freguesias para que nós também possamos disponibilizar, porque não é fácil, nomeadamente nas freguesias rurais, que as pessoas venham à secretaria da Divisão de Ambiente buscar estes equipamentos.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Em relação ao asfaltamento, nós temos um planeamento que é resumido, são um conjunto de intervenções que serão feitas em função daquilo que for o desenvolvimento, até por que uma das coisas que é muito pedida e nós não temos conseguido fazer são intervenções que promovam a redução da velocidade, as chamadas lombas, e há alguns sítios que eu acho que mereceriam alguma urgência uma delas é a entrada de Ferrel para quem vem dos Casais de Mestre Mendo, não sei como está a outra questão que estava prevista para o Sol Village II e há uma ou outra dentro da cidade, se bem que isto precisa de pareceres favoráveis e alguns, às vezes, não têm, esta é uma questão problemática.

Em relação aos terrenos do Moinho Velho e o esforço que foi feito, nunca nos tinha sido colocada como o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel colocou aqui na Assembleia Municipal a necessidade de reunir com os agricultores e quando foi colocada essa questão imediatamente nos disponibilizamos e penso que foi um processo muito bem agarrado,

nomeadamente pelo senhor Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Rui Vargas e pela Chefe de Núcleo de Património e Contratação Pública, Tânia Neves.»

Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Quero agradecer ao senhor Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel a sugestão que efetuou. Efetivamente para a candidatura para 2025, relativamente aos biorresíduos, estamos a considerar adquirir mais contentores de uso doméstico e uma das possibilidades que temos em cima da mesa é precisamente facultar às freguesias e depois nas freguesias ser mais fácil a distribuição, mas ainda estamos a estudar esta situação para ver como vamos fazer, mas vai um pouco de encontro àquilo que acabou de sugerir»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«Quero apenas dizer que o senhor Presidente poderá não se lembrar, mas eu, aqui na Assembleia Municipal, tinha falado nisto em 2022 e 2023, de uma forma até relativamente perentória, agora, em 2024, fiz questão de pedir ao senhor Presidente para estar disponível para receber aqui os agricultores, mas já tinha colocado a questão.»

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Primeiro que tudo, quero dar uma palavra de agradecimento aos Bombeiros Voluntários de Peniche e a todos os operacionais que aquando da passagem da depressão “Martinho” que ocorreu em Peniche e no nosso concelho, portanto, a todos eles, em nome da Freguesia de Peniche, muito obrigada.

Relativamente aos Bio Resíduos, é mesma questão do senhor Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, se calhar chegar mais próximo às freguesias que somos nós que estamos mais próximo da população e até para explicar para que é que serve, mas essa questão já foi levantada e está esclarecida.

Queria falar novamente de um email que recebemos esta tarde, eu já falei nele e expus por escrito, há dois anos. Os emails das freguesias não são jf.peniche@cm-peniche.pt, nenhuma freguesia tem o domínio Peniche, eu já uma vez tive uma situação destas com o senhor Luís Veríssimo por causa da toponímia, porque estes emails não existem, não sei se estão no site do Município ou não e quem se quiser dirigir às freguesias veja a página da freguesia e não o site da Câmara Municipal, porque isto é falso, nenhuma freguesia, Serra d’El-Rei, Peniche, Atouguia da Baleia e Ferrel têm estes email no domínio do cm-Peniche.pt, portanto, agradecia que isto fosse retificado de uma vez por todas e que não houvesse emails que nós nunca chegámos a lê-los, nunca chega às nossas mãos.

Em relação à reunião que tivemos, no dia 24 de fevereiro, com a senhora Vereadora Ana Rita Petinga e o senhor Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Dr. Rui Vargas, realmente a sinalização na Rua Marechal Craveiro Lopes, perpendicular ao ciclo, portanto, a sinalização vertical falta nos dois lados, tanto na Rua Arquiteto Paulino Montez como na Rua João de Matos Bilhau, na horizontal só existe mesmo no cruzamento da Rua Arquiteto Paulino Montez, ou seja, do outro lado está o café e o Centro Cívico Intergeneracional Professor Rogério Cação, falta a marcação das passadeiras horizontais e um dos aspetos, também, que foi falado nessa reunião de 24 de fevereiro, penso que todos receberam a ata dessa reunião, eu ando a falar na marcação de duas passadeiras, pelo menos, na Rua Cruz das Almas, desde dezembro de 2017, portanto, independentemente de ser com aqueles limitadores como há em frente à Escola Secundária de

Peniche, aqueles pinos ao alto, o que é importante é que se marque umas passadeiras ali, porque é uma zona muito, muito problemática.

Em relação à atividade do senhor Presidente, eu, por acaso, estive a ver na página 61 que tem que ver com os polidesportivos, o que fizeram, as balizas, portanto, fico muito agradada pelo Pavilhão D. Luís de Ataíde e a Escola D. Luís de Ataíde, a Atouguia da Baleia, a Básica 1 – Escola Velha, J.I. do Casal da Vala terem sido apetrechadas de balizas novas, tabelas, o que me entristece realmente é que dentro de Peniche temos três grandes polidesportivos, o Lapadusso, a Prageira e o Bairro da Caixa, e o Bairro da Caixa nem aqui é contemplado, o que me foi dito foi que após o Mundial, e eu compreendo que no Mundial os recursos humanos, especialmente a Divisão de Obras Municipais, está muito afeta ao Mundial de Surf, portanto, o mundial já passou e nesta página não consta o polidesportivo do bairro de Santa Maria. A freguesia está disponível para colaborar, como fez em 2019 que o restaurou todo, a freguesia fez um polidesportivo novo para o Bairro de Santa Maria, na altura também falei com a senhora Vereadora Ana Rita Petinga pela questão das redes exteriores do parque, da pintura do muro, do reboco que também já está a cair e até hoje ainda nada foi feito.

Gostava também de dizer ao senhor Deputado Bruno Cruz que a Freguesia de Peniche faz menos calçadas, porque nunca houve uma freguesia, nem a da ajuda, nem a Freguesia de Peniche que existe desde 2013 que fez a manutenção e a limpeza urbana do Bairro de Santa Maria, Bairro do Calvário, Fundação Salazar, Dunamar, Prageira, Urbanização da Papoa, isto nunca foi feito por outra freguesia, porque houve a transferência de competências na freguesia, em 2021, e nós freguesia não fazíamos limpeza urbana, exceto Visconde e Lapadusso, que nadava lá um senhor a fazer, nós nunca tivemos estas áreas, desde 2021, começámos a abraçar as áreas da limpeza urbana e digo “algo que me orgulha muito é a limpeza deste bairros todos que falei”, portanto, Bairro de Santa Maria, Bairro do Calvário, Fundação Salazar, Prageira, Dunamar, Urbanização da Papoa e Visconde, é uma coisa que me orgulha mesmo.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Há uma questão que é essencial e deve ser dita, a Junta de Freguesia de Peniche, com esta Presidente, entende que a reabilitação das calçadas não é com a Junta de Freguesia, foi um dos primeiros diferendos que tivemos, depois, há outra questão que também é muito interessante, em relação aos polidesportivos, aqui nesta Assembleia com todos os Presidente de Junta de Freguesia, e em relação àquilo que era o contributo que a Câmara dava para as Juntas de Freguesia, a senhora Presidente ficou desagradada com os Presidentes de Junta de Freguesia, hoje, acho que está muito agradada, e entregou os polidesportivos todos e os equipamentos de parques infantis, um deles foi a Junta de Freguesia que fez durante anos, falo do parque infantil da Rua do Sol e isto também tem de ser dito. Eu estou a fazer para ser publicado os valores que as Juntas de Freguesia recebiam e o que recebem hoje, a Câmara paga quase os trabalhadores todos, mas nós vamos evidenciar isso, parece que fazem um grande favor, tem de haver colaboração, naturalmente, lamentou é que haviam coisas que se faziam e que deixaram de se fazer, mas que são pagas pela Câmara, em termos de transferência de competências e em termos de verbas exatas e não são executadas.»

Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Relativamente às marcações das passadeiras na vertical e horizontal e os sinais, vamos ver o ponto de situação e iremos informar a senhora Presidente.

Relativamente à passadeira da Rua Cruz das Almas, não será uma, será mais do que uma, tal como foi solicitado e nós iremos apresentar esta solução na reunião que temos marcada para

amanhã.

Relativamente ao polidesportivo, efetivamente eu afirmei que nós iríamos avançar após o mundial, mas a equipa que está a tratar é a equipa da Divisão de Associativismo, Cultura, Desporto, Juventude e Turismo, do Dr. Ricardo Graça, e neste momento eles estiveram com outras prioridades e assim que for possível vão avançar.

Em relação aos Bio Resíduos, já tinha respondido ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel.

Em relação ao email, os serviços técnicos do Município enviaram um email no dia 17 de abril, e só hoje, em conversa com dois Presidentes de Junta de Freguesia, é que me apercebi que o email tinha seguido errado, mas reenviei o email para os senhores Presidentes de Junta de Freguesia e peço desculpa por isso.»

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Ao contrário daquilo que o senhor Presidente disse, eu não entreguei os polidesportivos. No mandato passado, numa reunião em que o Presidente da Assembleia Municipal era o senhor Américo Gonçalves estava em cima da mesa os polidesportivos, a Freguesia de Peniche pagava, nessa altura, duzentos euros por mês a uma pessoa para tratar do polidesportivo do Bairro de Santa Maria e a outra pessoa para fazer a limpeza do polidesportivo da Prageira, eram só estes dois que a Freguesia de Peniche pagava, até antes de eu estar lá, quando foi esta situação dos polidesportivos lembro-me de o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Américo Gonçalves, ter dito que isto era por o rossio na rua da betesga, que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, também queria dinheiro para o polidesportivo dele e eu estava em casa online e disse "assim também não quero polidesportivo nenhum", porque a Freguesia de Peniche estava a ter, efetivamente, um custo com a limpeza e manutenção destes dois polidesportivos, Prageira e Bairro de Santa Maria, portanto, eu não recusei nada, até houve quem dissesse "se fosse comigo era já assim" e foi o que foi.

Em relação às calçadas, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, enviou-me um Despacho n.º 8377/2003, da Secretaria de Estado do Orçamento e do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território que fala da questão dezasseis das calçadas, portanto, o que é domínio público, o que são e não são calçadas e o que cabe e não cabe às freguesias. A Freguesia de Peniche, o máximo que teve, desde que eu estou aqui, de funcionários foi dezasseis, dezassete e só em 2021 quando começamos a abraçar a limpeza urbana quase mais de metade dos funcionários é só para limpeza urbana, portanto, fica-nos muito pouco espaço. Este despacho foi o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, que me enviou e eu posso fazer chegar a quem quiser.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Está na lei, o despacho não está acima da lei, é uma das competências das Juntas de Freguesia, vão à lei, quando não queremos fazer não fazemos. Por acaso, quando eu era Presidente de Junta de Freguesia nem perguntava à Câmara o que era nossa competência, nós fazíamos tudo o que entendíamos que estava para fazer na cidade, era buracos, era pinturas, era tudo, aliás, se houve discordância entre o Presidente da Junta de Freguesia, na altura, e o Senhor Vice-Presidente da Câmara, na altura, foi porque ele não deixava fazer, aqui é ao contrário, não fazem porque não querem, com muito mais dinheiro.»

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Gostava de perguntar à senhora Vereadora Ana Rita Petinga, a última vez que passou na Marginal Norte, aquelas valetas que lá estão, quem é que viu estar a limpar a terra das valetas da Marginal Norte.»

Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Foi a Junta de Freguesia de Peniche.»

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Era nossa competência? Não era.

Quero deixar claro que tudo o que a Freguesia de Peniche fizer é em prol da população de Peniche, o resto das cores, já não quero saber nada disso, é Peniche e ponto.»

9) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, RELATIVOS À GERÊNCIA DE 2024:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do nono ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 04 de abril de 2025.

Deliberação n.º 19/2025: Submetidos os documentos (n.º 6434/2025) de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, relativos à gerência de 2024, a votação nominal, de braço no ar, no uso da competência estabelecida na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, constatou-se o seguinte resultado:

Votos a favor: Vinte e quatro (24) – dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (7) e pela Coligação Democrática Unitária (3).

Votos contra: Zero (0).

Abstenções: Zero (0).

10) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA, DA DESPESA, DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO, PARA O ANO 2025 (MODIFICAÇÃO N.º 9):

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do décimo ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra a senhora Vereadora Ana Rita Petinga, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por maioria, em reunião ordinária, realizada no dia 11 de abril de 2025.

Deliberação n.º 20/2025: Submetida a proposta (n.º 842/2025) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche

deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com catorze (14) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Socialista (6) e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, eleito pelo Partido Social Democrata (1), e dez (10) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (6), pela Coligação Democrata Unitária (3) e pelo senhor Deputado Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos, eleito pelo Partido Socialista (1), aprovar a Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, da Despesa, do Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais, para o ano de 2025 (Modificação n.º 9).

11) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2025:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do décimo primeiro ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Tenho duas questões em relação à abertura do concurso para técnico superior, a primeira questão tem a ver com a panóplia de áreas de formação que aqui estão, eu penso que até devem faltar algumas, e a segunda prende-se pelo facto de isto vir no sentido de uma adenda ao protocolo que foi aqui aprovado numa reunião de 2024, mas que no protocolo que foi aprovado nesta Assembleia já dizia inicialmente, mas depois foi acrescentado na Cláusula 3 - Obrigações do Segundo Outorgante, que é o Município, a alínea b) que diz o seguinte: "Afetar à execução das atividades constantes do Anexo III ao presente protocolo, um técnico designado exclusivamente para este efeito, com formação e perfil adequado às funções a desempenhar, que tenha merecido parecer favorável do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas." Eu pergunto, uma vez que não está aqui, se existe parecer favorável do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«A questão é, e tinha sido referida há pouco, que estava previsto inicialmente contratar uma pessoa por tempo determinado e numa hipótese conseguimos contratar uma pessoa, apareceram duas e contratámos uma, na segunda hipótese apareceram duas e não ficou nenhuma, desistiram, e sentimos que tinha a ver com o tipo de contratação.»

A questão da abrangência tem a ver com o facto de quanto mais abirmos, mais possibilidades temos de escolher, não tem de ter todas aquelas habilitações, é a abrangência para múltiplas áreas de formação e depois, em função dos candidatos, o júri escolherá de acordo com aquilo que entende que é o melhor perfil para o exercício da função e outras coisas mais.

Em terceiro lugar, primeiro, eu já referi isto na reunião temática sobre a Berlenga, isto foi tudo concertado com a Cogestão e com o novo Diretor Regional que entendem que é uma prioridade e que é uma exigência que nós temos em relação à Berlenga, o que está contemplado até este

momento é que o valor do salário deste técnico será imputado a uma candidatura que a Câmara tem com o Ambiente e que tem a ver com o apoio do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e o Diretor Regional disse que na opinião dele estas candidaturas ainda se vão manter, mas mesmo que não se mantivessem este salário sairia, isto ficou em ata da Cogestão, daquelas verbas que a Câmara tem para receber e vai receber em breve da Taxa Turística, é esse o objetivo e é evidente, para estes anos que eu tenho de exercício destas funções, que não podemos continuar a gerir a Berlenga como temos gerido durante toda uma vida, tem que ter ali alguém que faça a coordenação, pode fazer a coordenação com a Proteção Civil, com os Sapadores Florestais, com a Divisão de Ambiente, com a Divisão de Administração e Finanças, com a Divisão de Obras Municipais, mas alguém tem que ser responsável por aquilo tudo, hoje não, hoje é o Presidente ou alguém pelo Presidente é que tem de falar com alguém e quando falha alguma coisa é o Presidente e a responsabilidade é muito grande, cada vez vai ser maior em relação à ilha.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Em relação à questão da panóplia de áreas é fácil, é só colocar lá a licenciatura e é abrangente, não vale a pena estar a especificar licenciaturas, basta colocar licenciatura.

Em relação à segunda questão, ou eu não me fiz perceber bem ou então a dada altura isto já é, quase às vezes, estática, eu perguntei o seguinte, foi uma adenda ao protocolo aprovada em Câmara e aprovada na Assembleia que diz o seguinte: “Afetar à execução das atividades constantes do Anexo III ao presente protocolo, um técnico designado exclusivamente para este efeito, com formação e perfil adequado às funções a desempenhar, que tenha merecido parecer favorável do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.” Eu só estou a perguntar onde está o parecer, portanto, se me disserem assim, temos o parecer e efetivamente foi o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas com o parecer dele que disse “sim senhor, estão reunidas as condições para os senhores abrirem um concurso neste perfil”, eu não estou a inventar nada está aqui escrito e os senhores que aqui estiveram e o executivo aprovaram isto.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Eu não sei qual é o problema, o parecer sobre o concurso foi consensualizado com o Diretor Regional e está em ata da Cogestão, a questão é que eu interpreto exatamente ao contrário que é, se depois na seleção da pessoa que o júri selecionar tem o perfil adequado para aquilo que o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas quer. Nós às vezes vemos dificuldades onde outros não veem.»

Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Rui Vargas:

Disse o seguinte:

«Relativamente a esta questão, o parecer existiu e ficou transcrito naquilo que foi a ata da Comissão da Cogestão, tanto que o perfil foi selecionado não apenas pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, mas por todos os membros da Comissão de Cogestão e por eles também validado.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Agradeço que seja junto ao processo, para todos terem conhecimento, a ata onde isso está referido.»

Luís de Almeida (PSD):

Disse o seguinte:

«O sentido desta intervenção vem de certo modo confirmar a preocupação que foi manifestada em relação ao perfil definido para o técnico a contratar. A abrangência ou como foi referido, o mencionar exclusivamente licenciatura sem especificar que competências deve ter o técnico a contratar, pode-nos levar a contratar alguém que não corresponde às exigências do lugar. Nós percebemos que o júri, eventualmente, pode dizer “não senhor, não corresponde, não tem o perfil”, mas não há júri nenhum que vá contrariar uma definição de perfil, portanto, se no mínimo corresponde ao perfil, se há uma pessoa, ainda que não tenha as competências que se entenda para o lugar, em última hipótese pode ser contratado, porque não se pode contrariar o perfil, portanto, a posição do Partido Social Democrata é que se retire este ponto para redefinir o perfil ou então nós votamos contra este ponto.»

Bruno Cruz (PSD):

Disse o seguinte:

«A minha intervenção vai ser no sentido de complementar o que disse o senhor Deputado Luís de Almeida. Segundo me quer parecer, corrijam-me se estiver errado, as competências que eram exigidas ou que estavam pré-definidas seria ser professor e ser especialista em línguas. A menos que aqui a proposta da grande mudança do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche seja ensinar gaiotas a falar inglês, eu não percebo estas competências que estão neste perfil, porque como disse, e bem, o senhor Presidente da Câmara isto exige uma grande capacidade de coordenação entre as várias autoridades, inclusive a sociedade civil que tem intervenção naquela ilha quer direta ou indireta, ou seja, estamos a apoiar para coordenação entre diferentes jurisdições, nomeadamente entre o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, a Autoridade Marítima Nacional, os pescadores como sendo parte da sociedade civil e as Marítimo-Turísticas, ou seja, o perfil que se deveria estar a apontar, daí também concordar com a retirada do ponto para redefinir este perfil, teria de ser alguém especializado em direito ou em geografia, planeamento e gestão de território e biologia, certamente há aqui umas áreas mais críticas que outras, mas tem de ter estas competências, não é uma pessoa formada em línguas, a menos que tenha uma destas ou mais, isto vai requerer mais do que apenas uma destas competências que eu acabei de mencionar, acho que não faz sentido, porque há pouco o senhor Presidente falava da competência e se tivesse uma empresa, e eu concordo consigo, se eu tivesse uma empresa pessoas incompetentes era olho da rua, pagasse o que tivesse de pagar nós ainda ganhávamos dinheiro ao fim do dia, mas alguém teve de os colocar, eu não fui, esta bancada não há de ter sido, portanto, há aqui argumentos contraproducentes e, neste sentido, acho que este perfil tem de ser revisto, porque senão vai ser mais do mesmo e se não se pode manter o tipo de gestão danosa que se tem mantido na ilha da Berlenga não vai ser colocando mais uma pessoa que não tem competências para exercer o cargo proposto que vai melhorar.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Não vou responder ao senhor Deputado Bruno Cruz como ele me respondeu, porque eu tenho um bocadinho de educação em relação a isso, acho que não vale a pena, cada um responde por si e a nossa vida responde por si e não esperava, sinceramente, porque o que eu levo e o que eu como os outros também podem comer em qualquer momento, isto já não vai parar e estas observações não adiantam nada. Naturalmente, isto foi abordado comigo e foi tudo abordado na Comissão de Cogestão, isto é para dar uma abrangência o maior possível para que as pessoas se venham concorrer para nós não correremos o risco de estarmos mais não sei quantos meses sem um

técnico e depois há uma situação que normalmente as Câmara não usam nem as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal de Peniche, com a minha presidência já fez mais do que uma vez, os técnicos, os assistentes técnicos e os assistentes operacionais têm um período de experiência, normalmente ninguém vai embora, connosco já foram pessoas que em termos de curriculum ou em termos de comportamento não corresponderam e foram embora, provavelmente quase todos os políticos não gostam de fazer isso, mas é isso que deve ser feito, se dentro das pessoas que são selecionadas e o júri até pode entender que é a pessoa com melhor curriculum e que melhor se adapte ao local e pode não ser, logicamente que tem um período que não é muito largo, na minha opinião, devia ser maior, mas eu não posso mudar a lei, mas há uma questão que eu tenho de responder, as questões que colocou em termos de licenciatura estão cá, nós não quisemos limitar, estas que o senhor Deputado Bruno Cruz referiu estão previstas, portanto, a abrangência é total, logicamente, nós queremos o melhor, não temos ninguém para meter na Berlenga, porque senão já lá tínhamos colocado, agora, se querem arrastar este processo continuem a arrastar, a partir deste momento, independentemente da argumentação, o problema já não é meu até por que isto para alterar tem de vir à Assembleia Municipal que será em junho, estão com medo que nós vamos escolher o técnico à nossa vontade, como outros fazem, não, a ordem é escolher o melhor dentro daquilo que é pretendido.»

Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Rui Vargas:

Disse o seguinte:

«Relativamente a esta questão e poder ser apenas licenciatura também falámos sobre esta matéria na Comissão de Cogestão e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas não concordou deixar uma abrangência tão ampla, razão pela qual estão aqui identificadas um conjunto de licenciaturas também por indicação do próprio Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas na reunião.

Relativamente àquilo que será a avaliação para a escolha da pessoa dentro destes perfis, aquilo que vai ser avaliado tem que ver com as transferências transversais com aquelas competências que foram escolhidas, neste caso creio que foram escolhidas oito e tem a ver com organização, planeamento e gestão de processos, orientação para participação, orientação para a segurança, orientação para os resultados, para a mudança e inovação e uma análise crítica e resolução de problemas e também aquilo que é a própria iniciativa, isto tudo não é vago, isto tudo depois será em termos de avaliação e de prova, dentro daquilo que é o conteúdo funcional, e o conteúdo funcional está devidamente limitado como as funções consultivas de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e/ou científica que fundamentam e preparam a decisão, elaboração de pareceres, projetos e atividades conducentes à definição e concretização das políticas do Município na área da Berlenga, colaborar com as autoridades governamentais em todas as ações levadas a efeito no domínio da preservação, gestão, participação da Reserva da Biosfera das Berlengas entre outras atividades relevantes e depois todo um conjunto que está definido no conteúdo funcional, ou seja, está aqui esta articulação e aquilo que será a avaliação, não é se é um jurista ou se é um licenciado em direito ou se é um licenciado em biologia, ou seja, o júri vai fazer esta avaliação e faz uma avaliação com base naquilo que são as competências transversais em função daquilo que é o fim, que é o conteúdo funcional que depois o colaborador irá desempenhar.»

Bruno Cruz (PSD):

Disse o seguinte:

«Senhor Presidente, primeiro agradecia que não me falasse nesse tom ameaçador, porque eu não lhe falei ao respeito, assim como você, eu não estou aqui, como há pouco a senhora

Presidente de Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes, referia, apenas por uma bancada e tenho aqui duas pessoas, uma que me conhece muito bem desde pequeno e sabe que eu não tenho palas nos olhos, também estou aqui pelos cidadão de Peniche e não espero vir a ganhar nada com esta Câmara Municipal, muito sinceramente.

O que ficou aqui por explicar é, não se pode analisar competências transversais sem ter aquilo que são as áreas de formação específica e era isto que queria ver esclarecido, quais são as áreas, é direito, porque se formos por competências transversais o que é análise crítica, um cirurgião tem análise crítica, eu conheço miúdos de 14 e 15 anos que têm análise crítica, eu quero é saber quais são as áreas específicas que estão propostas, as competências transversais que vão ser analisadas depois, muito bem, pelo júri consoante essas áreas e eu quero é saber quais são as áreas de formação que são propostas para o técnico superior que há de preencher este cargo.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Eu ouvi o senhor Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança e ainda bem que eu perguntei a questão do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, porque senão não aparecia, não tenho qualquer dúvida, portanto, a responsabilidade é de quem informa de que efetivamente há uma ata e que o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas já deu o parecer e que quem pode concorrer são as pessoas que estão licenciadas nestas áreas, mais ninguém, isso está perfeitamente esclarecido para mim, portanto, a minha dúvida foi simplesmente se havia ou não o parecer, sendo que isso processualmente está resolvido agradeço que seja junto ao processo para que esteja tudo dentro da legalidade e nós enquanto deputados e eventuais candidatos que possam vir a concorrer tenham conhecimento.»

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

No sentido de fazer um ponto de situação, questionou se o senhor Deputado Bruno Cruz havia ficado esclarecido com esclarecimento prestado pelo senhor Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança.

Bruno Cruz (PSD):

Disse o seguinte:

«Não estou esclarecido, o que eu perguntei não foi as competências transversais, não foi se é análise crítica, se tem flexibilidade na resolução de problemas, a minha questão foi quais são as áreas específicas de formação, que licenciaturas, que mestrados, eu pergunto porque no meu caso eu não tenho acesso a esse documento, eu quero é saber quais são as áreas específicas, isso não ficou esclarecido, ficaram esclarecidas certamente as competências transversais, mas eu quero saber as áreas específicas que são exigidas.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Em relação aos documentos e aquilo que foi consensualizado, as atas, a primeira está aprovada e nós vamos partilhar com os senhores deputados, a segunda ainda não está aprovada, mas quando estiver aprovada será também partilhada.»

Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Rui Vargas:

Disse o seguinte:

«A área de formação académica e/ou profissionais são Formação de professores de áreas disciplinares não específicas, Formação de professores de áreas disciplinares específicas, Técnicas

audiovisuais e produção dos media, Aprendizagem de línguas, Economia, Ciências políticas e cidadania, Sociologia e estudos culturais, Gestão e administração, Direito, Biologia, Ciências do ambiente, Ambientes naturais e vida selvagem, Engenharia e tecnologias afins sem definição precisa, Viagens, turismo e lazer.»

Francisco Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Há dificuldade em arranjar quem queira concorrer a um concurso destes, mas este concurso garantidamente tem um objetivo que é arranjar alguém que tenha a capacidade de poder resolver os problemas de cogestão da Berlenga, o que é que tem a ver as pessoas formadas na área de línguas com aquilo que se pretende para a Berlenga. Imaginemos que só há um concorrente que até é formado em germânicas, já estou a imaginar o efeito, não é escolhido ou pode experimentar, então coloquem licenciatura que é ainda mais abrangente, qualquer licenciado pode ser, é isso que se pretende para a Berlenga, então a responsabilidade daquilo que vier a acontecer é de quem promove este tipo de concurso que não é o nosso tipo de modelo, o nosso tipo de modelo é encontrar a pessoa indicada para aquilo que se pretende fazer, não é arranjar uma pessoa qualquer.»

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Perguntou se o senhor Deputado Bruno Cruz ficou esclarecido relativamente às áreas.

Bruno Cruz (PSD):

Disse que agora ficou esclarecido.

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Disse o seguinte:

«Eu penso que, face à pertinência das intervenções que foram feitas nesta Assembleia, que o senhor Presidente vai ter, naturalmente, em conta as observações e as intervenções feitas, nomeadamente este aspeto da especificação e da sensibilidade que tem um cargo desta natureza.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Senhor Deputado Luís de Almeida, nós devemos perguntar, o júri é interno, isto é para o quando da Câmara, independentemente dos compromissos que existem, nós queremos é acrescentar alguma coisa, queremos é desenvolver, isto podia parar aqui, porque um concurso leva seis a sete meses, nós deixamos as coisas preparadas, quem vem aproveita se quiser, tem a oportunidade de, caso a pessoa não tenha competências, mandar embora.»

Deliberação n.º 21/2025: Submetida a proposta (n.º 850/2025) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atendendo ao preceituado no n.º 3 no artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, por maioria, **com sete (7) votos contra**, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (6) e pela senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes, eleita pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (1), **onze (11) abstenções**, dos membros eleitos pelo Partido Socialista (6), pela Coligação Democrata Unitária (3), pela

senhora Deputada Susana Cristina Rosa Esperança, eleita pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (1) e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, eleito pelo Partido Social Democrata (1), e **cinco (5) votos a favor**, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (5), deliberado **reprovar** a primeira alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano 2025.

Por não se encontrar na sala, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista, não participou na votação deste assunto.

12) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ATUALIZAÇÃO DA COMPARTICIPAÇÃO PARA PAGAMENTO DA RENDA DAS INSTALAÇÕES DO POSTO DOS CORREIOS DE ATOUGUIA DA BALEIA À FREGUESIA:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do décimo segundo ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra a senhora Vereadora Ana Rita Petinga, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 11 de abril de 2025.

Deliberação n.º 22/2025: Submetida a proposta (n.º 828/2025) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, por unanimidade, com vinte e três (23) votos a favor, autorizar o pagamento do valor da renda atualizado, relativamente a 2024, e compartilhar o valor da renda atualizado anualmente de acordo com a inflação, desde que se mantenham os pressupostos do apoio.

Por não se encontrar na sala, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista, não participou na votação deste assunto.

13) APRECIACÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA AOS ESPAÇOS URBANIZÁVEIS - SUSPENSÃO DO REGIME DE USO DO SOLO DAS ÁREAS URBANIZÁVEIS, ARTIGO 199.º DO RJIGT (DECLARAÇÃO DE EXCEÇÃO PARA LEVANTAMENTO DA SUSPENSÃO):

A Assembleia Municipal passou à apreciação do décimo terceiro ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Rui Vargas:

Disse o seguinte:

«Esclareceu que os pontos décimo quarto e décimo quinto são para conhecimento da Assembleia Municipal e se me for permitido irei abordar esta temática de uma única vez, ou seja, isto tem que ver com o Decreto-Lei n.º 117/2024 relativo aos espaços urbanizáveis que ficaram suspensos em 31 de dezembro. Este diploma previa a possibilidade de haver exceções por via de uma declaração emitida pela Câmara Municipal com a respetiva delimitação dessas áreas e também aquilo que seria a sua fundamentação e transmitida à CCDR em causa para publicitação e depósito. A Câmara Municipal já aprovou com base naquilo que foi uma proposta dos serviços municipais à luz dos critérios estabelecidos pela lei e pelos regulamentos, foram então mapeados estes espaços

que poderiam ser considerados como exceções, nomeadamente aqueles que tinham características de solo urbanizável ou também aqueles que tinham direitos adquiridos. Como referi, a Câmara Municipal já aprovou, já foi comunicado à CCDR e também já foi efetuado o respetivo depósito. Entretanto, em 09 de abril, surgiu um novo diploma que veio criar uma suspensão da suspensão, nós já comunicámos à CCDR essa situação, aguardamos algumas indicações da CCDR e iremos abordar esta temática na próxima reunião de Câmara com aquilo que é esta exceção à própria exceção.»

Francisco Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«O teor da minha intervenção é para saber qual é o ponto de situação relativamente ao PDM.»

Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Rui Vargas:

Disse o seguinte:

«Os serviços estão a trabalhar com a empresa contratada por causa daquilo que é a avaliação ambiental estratégica e temos também a questão da nova contratação para a equipa de revisão Plano Diretor Municipal e depois também algumas adendas à contratação para a equipa de revisão do plano na parte da avaliação ambiental estratégica.»

Deliberação n.º 23/2025: Ao abrigo da alínea a), n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e considerando o teor do artigo n.º 199.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na recente alteração ao RJIGT, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da deliberação da Câmara Municipal n.º 221/2025, de 21 de março, que aprovou a suspensão do regime de uso do solo das áreas urbanizáveis.

14) APRECIACÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA AOS ESPAÇOS URBANIZÁVEIS - SUSPENSÃO DO REGIME DE USO DO SOLO DAS ÁREAS URBANIZÁVEIS OU DE URBANIZAÇÃO PROGRAMADA (RESPOSTA AO OFÍCIO DA CCDR-LVT N.º S24760-202412-CD, DATADO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2024):

A Assembleia Municipal passou à apreciação do décimo quarto ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção:

Deliberação n.º 24/2025: Para efeitos do n.º 7 do artigo 199.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), e nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da deliberação da Câmara Municipal n.º 222/2025, de 21 de março, que aprovou a suspensão do regime de uso do solo das áreas urbanizáveis ou de urbanização programada.

15) APRECIACÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA À ATUALIZAÇÃO ANUAL DOS COEFICIENTES PREVISTOS NAS FÓRMULAS DE CÁLCULO DE ENCARGOS URBANÍSTICOS PREVISTOS NO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E COMPENSAÇÕES URBANÍSTICAS (RMTUC), PARA O ANO DE 2025:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do décimo quinto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Rui Vargas:

Disse o seguinte:

«Relativamente a este ponto que também é para conhecimento, ele é aprovado pela Câmara Municipal e resulta, conforme refere o artigo 42.º do regulamento Municipal de Taxas e Compensações Urbanísticas do Município de Peniche, da atualização em razão daquilo que são as Grandes Opções do Plano e o Orçamento, com base nisso os serviços técnicos fazem uma proposta para um índice e isto resulta também porque existe uma Portaria de 2013 e que até à data não tem regulamento previsto, então aquilo que é proposta à Câmara Municipal é aprovar esses índices, aprovar o valor para um dos parâmetros e foi isso que a Câmara Municipal fez e entendeu-se dar conhecimento à Assembleia Municipal desta aprovação.»

Deliberação n.º 25/2025: Ao abrigo do previsto no n.º 5 do artigo 42.º do Regulamento Municipal de Taxas e Compensações Urbanísticas, publicado em Diário da República, n.º 227, 2.ª série, de 21 de novembro de 2008, na sua atual redação, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da deliberação da Câmara Municipal n.º 223/2025, de 21 de março, que aprovou a atualização anual dos coeficientes previstos nas fórmulas de cálculo de encargos urbanísticos previstos no Regulamento Municipal de Taxas e Compensações Urbanísticas (RMTUC), para o ano de 2025.

16) APRECIÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA À NORMA DE CONTROLO INTERNO DO MUNICÍPIO DE PENICHE:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do décimo sexto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Rui Vargas:

Disse o seguinte:

«Vou apenas referir quais são os objetivos da Norma de Controlo Interno que tem que ver com o controlo, avaliação de riscos, atividade de controlo, informatização e comunicação, monitorização contínua. Aquilo que são as diferenças relativamente à norma que estava, hoje, em vigor é a adaptação à nova legislação, adaptação à nova estrutura orgânica e também uma estrutura mais concisa e alinhada com boas práticas, maior foco na gestão estratégica e um ajustamento da carga normativa e uma tramitação documental em função das ferramentas digitais. Dizer que, ainda assim, a norma deve ser dinâmica e poderá ser também depois revista de futuro com aquilo que é o dinamismo, nomeadamente nesta parte das ferramentas digitais e tudo o que podemos vir a implementar no futuro.»

Deliberação n.º 26/2025: Para efeitos do n.º 2 do artigo 3.º da Norma de Controlo Interno, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da nova norma, aprovada pela Câmara Municipal, por sua deliberação n.º 326/2025, de 11 de abril.

MARCAÇÃO DE NOVA REUNIÃO:

Deliberação n.º 27/2025: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, que os trabalhos desta sessão prosseguirão no dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte

e cinco, com a realização de nova reunião, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com início às vinte e uma horas, com dispensa de convocação escrita.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 28/2025: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo zero horas e trinta minutos do dia vinte e dois de abril, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a primeira reunião da sessão ordinária de abril de dois mil e vinte e cinco, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Marina Viola*, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na sessão ordinária de junho da Assembleia Municipal, realizada no dia 27 de junho de 2025, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças,

(assinado no original)
